



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS BACABAL
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA-LICENCIATURA

DANIELE LIRA LEITE
KALINE DE JESUS DE SOUSA BEZERRA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: Desafios e Perspectivas no Processo de Ensino-
Aprendizagem no 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Santa Anastácia
em São Luís Gonzaga-MA**

Bacabal-MA

2024.2

DANIELE LIRA LEITE
KALINE DE JESUS DE SOUSA BEZERRA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: Desafios e Perspectivas no Processo de Ensino-
Aprendizagem no 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Santa Anastácia
em São Luís Gonzaga-MA**

Proposta pedagógica apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador(a): Prof. Esp. Luiz Paulo Brito Rocha

Bacabal-MA

2024.2

Leite, Daniele Lira.

Educação do campo: desafios e perspectivas no processo de ensino-aprendizagem no 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Santa Anastácia em São Luís Gonzaga - MA / Daniele Lira Leite, Kaline de Jesus de Sousa Bezerra. - Bacabal - MA, 2024.

65 f.

Proposta de Intervenção (Graduação em Pedagogia Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Bacabal, 2024.

Orientador: Prof. Esp. Luiz Paulo Brito Rocha.

1. Educação do Campo. 2. Desafios. 3. Perspectivas. 4. Ensino e Aprendizagem. I. Bezerra, Kaline de Jesus de Sousa. II. Título.

CDU: 373.3:37.018.51(812.1)

DANIELE LIRA LEITE
KALINE DE JESUS DE SOUSA BEZERRA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: Desafios e Perspectivas no Processo de Ensino-
Aprendizagem no 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Santa Anastácia
em São Luís Gonzaga-MA**

Proposta de intervenção apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador(a): Prof. Esp. Luiz Paulo Brito Rocha

Aprovado em: 05/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ PAULO BRITO ROCHA**
Data: 11/06/2025 15:57:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Esp. Luiz Paulo Brito Rocha (orientador)
Universidade Estadual do Maranhão-UEMA


1º Examinador (a)


2º Examinador (a)

*"Minha carne e o meu coração podem
fraquejar, mas Deus é a força do meu coração
e a minha herança para sempre."*

(Salmos 73:26, NVI)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por me dar forças para alcançar esta árdua conquista. Aos meus pais que foram meu sustento nas dificuldades e meu maior incentivo ao longo desta jornada. À minha irmã, pela amizade e compreensão, que, mesmo com sua própria personalidade, sempre esteve ao meu lado, oferecendo apoio incondicional. Ao meu marido, por todo o incentivo desde o dia da aprovação, por acreditar em mim e me mostrar, todos os dias, que eu era capaz. À minha amiga Kaline, pela parceria desde o início, pela amizade sincera e por nunca deixar de acreditar em mim. Aos meus avós maternos, por toda ajuda, preocupação e amor, que foram essenciais durante esta caminhada.

Daniele Lira Leite

DEDICATÓRIA

Ao meu Amado Jesus, autor e consumidor da minha fé, cuja presença e amor incondicional foram fundamentais em cada passo desta jornada. Aos meus pais e à minha avó, que, com dedicação e sacrifício, estiveram ao meu lado, oferecendo o apoio necessário em minha trajetória acadêmica. À minha parceira de projeto, Daniele, pelo companheirismo, lealdade, paciência, colaboração e empenho ao longo desta caminhada.

Kaline de Jesus de Sousa Bezerra

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao autor da minha história neste curso, Deus, que, com Sua perfeição, sabedoria e paciência, me deu forças e condições para chegar até aqui. Ele esteve comigo ao entrar pela porta desta universidade e continua a me acompanhar enquanto sigo trilhando o meu caminho.

Aos meus pais, Antônio da Silva Leite e Maria do Socorro Lira Leite, minha mais sincera gratidão por serem os pilares da minha vida. Sempre estiveram ao meu lado ao longo desta longa e desafiadora jornada acadêmica.

Gostaria de manifestar minha gratidão à Universidade Estadual do Maranhão por disponibilizar um espaço de excelência e os recursos indispensáveis ao longo da trajetória acadêmica.

Meus agradecimentos também se estendem à diretora do Departamento de Educação da UEMA, Campus Bacabal, professora Lindoracy Almeida Santos, e à professora Francimeire Sousa Martins, diretora do curso de Pedagogia-Licenciatura. Suas orientações, reflexões e apoio foram pilares importantes durante esta jornada.

Expresso também minha sincera gratidão ao professor Luiz Paulo Brito Rocha, orientador deste trabalho, cuja orientação, paciência, competência e dedicação foram imprescindíveis para a efetivação deste projeto.

Agradeço a todos os professores que, com suas contribuições valiosas e ensinamentos, enriqueceram nossa formação acadêmica e nos prepararam para os desafios futuros.

Gratidão aos amigos que estiveram sempre presentes, sua amizade foi um alívio em momentos difíceis e trouxe entusiasmo em cada etapa desta jornada.

Daniele Lira Leite

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela fé, coragem e força espiritual que me permitiram enfrentar os desafios e alcançar os objetivos traçados nesta jornada. Sou grato pela saúde e perseverança indispensáveis para concluir esta etapa tão significativa de minha vida.

Aos meus pais, Oneide Rodrigues de Sousa Bezerra e Antônio José Bezerra, agradeço profundamente pelo apoio incondicional e pelo incentivo ao longo de todo o percurso. Vocês foram o alicerce que me sustentou nos momentos mais desafiadores.

Expresso minha gratidão à Universidade Estadual do Maranhão por proporcionar o ambiente, os recursos e o suporte necessários ao longo de nossa formação acadêmica.

À professora Lindoracy Almeida Santos, diretora do Departamento de Educação da UEMA, Campus Bacabal, e à professora Francimeire Sousa Martins, diretora do curso de Pedagogia - Licenciatura, pelos ensinamentos, pela interação de perspectivas e pelo apoio ao longo de nossa formação.

Ao nosso orientador, professor Luiz Paulo Brito Rocha, cuja paciência e orientação foram imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho. Sua competência e disponibilidade foram fundamentais para este percurso.

A todos os professores por sua valiosa contribuição, saberes compartilhados e ensinamentos enriquecedores, que foram essenciais para que chegássemos até aqui.

Aos nossos amigos, que estiveram ao nosso lado, oferecendo suporte emocional e palavras de incentivo, sua presença nos trouxe suavidade e inspiração, tornando nossa jornada mais leve e memorável.

Por fim, gratidão a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Este projeto é fruto de um esforço conjunto e reflete o apoio de cada um de vocês.

Kaline de Jesus de Sousa Bezerra

RESUMO

A Educação do Campo é uma modalidade educacional voltada para o contexto rural, valorizando culturas e identidades locais. Este trabalho buscou analisar os desafios e perspectivas no ensino-aprendizagem da Educação do Campo, abordando a qualidade do ensino e dificuldades como ausência de transporte adequado, material didático deficiente e formação insuficiente de professores. A pesquisa foi realizada na Unidade Escolar Santa Anastácia, no povoado Coheb, zona rural de São Luís Gonzaga do Maranhão-MA. O trabalho tem como objetivo analisar a Educação do Campo, considerando seus desafios e perspectivas em seu ensino-aprendizagem. Utilizou-se uma abordagem quantiquantitativa, composta por revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Os referenciais teóricos foram ancorados nos conceitos de autores como Caldart (2003), Candau (2011) e Dayrell (1996), além de marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 2024 e a Base Nacional Curricular (BNCC) de 2017. Os resultados indicam que o acesso à educação no campo é limitado por barreiras estruturais e logísticas, destacando a importância de políticas públicas que fortaleçam a equidade educacional e promovam o acesso à educação de qualidade. Enfatizou-se a necessidade de metodologias contextualizadas que considerem as especificidades das comunidades rurais, contribuindo para o desenvolvimento pessoal, comunitário e cultural dos educandos.

Palavras-chave: Educação do Campo; desafios; perspectivas; ensino e aprendizagem.

ABSTRACT

The Campo Education is an educational modality focused on rural contexts, valuing local cultures and identities. This study aimed to analyze the challenges and perspectives in the teaching-learning process within Campo Education, addressing the quality of education and difficulties such as inadequate transportation, insufficient teaching materials, and limited teacher training. The research was conducted at Unidade Escolar Santa Anastácia, located in the rural area of São Luís Gonzaga do Maranhão-MA. The study's objective is to analyze Campo Education, considering its challenges and perspectives in teaching-learning. A quantitative-qualitative approach was used, including bibliographic review and field research. The theoretical framework was grounded in the concepts of authors like Caldart (2003), Candau (2011), and Dayrell (1996), along with legal frameworks such as the 1988 Federal Constitution, the Law of Guidelines and Bases (LDB), and the National Curricular Base (BNCC). The results indicate that access to education in rural areas is limited by structural and logistical barriers, highlighting the importance of public policies that strengthen educational equity and promote access to quality education. It emphasizes the need for contextualized methodologies that consider the specificities of rural communities, contributing to the personal, community, and cultural development of learners.

Keywords: Campo Education; challenges; perspectives; teaching and learning.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	17
2.1 A Escola da Educação do Campo.....	17
2.2 O Currículo da Educação do Campo e sua Contextualização	21
2.3 Os Profissionais no Contexto da Educação do Campo	24
2.4 A Pedagogia da Alternância.....	27
2.5 Inovação Tecnológica: uma Ferramenta Auxiliadora na Educação do Campo	29
3 PRODEDIMENTOS METOLÓGICOS	31
3.1 Instrumento de Pesquisa.....	31
3.2 Abordagem e Tipo de Pesquisa	32
3.3 Sujeito da Pesquisa.....	33
3.4 Lócus da Pesquisa	33
3.5 Procedimentos de Análise e Interpretação de Dados	34
3.6 Instrumentos e Coleta de Dados	35
3.7 Resultados e Discussões	36
4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: ESTRATÉGIAS INTEGRADAS PARA A	49
MELHORIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	49
4.1 Melhorias na Infraestrutura Escolar	49
4.2 Adaptação de Materiais Didáticos Contextualizados.....	50
4.3 Metodologias Pedagógicas Interativas	50
4.4 Parceria Escola-Comunidade.....	51
4.5 Avaliação e Monitoramento	52
5 CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE	58
ANEXO	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escola Municipal Santa Anastácia.....	34
Figura 2 – Maiores desafios na rotina escolar.....	43
Figura 3 – Acesso a materiais e recursos didáticos.....	44
Figura 4 – Transporte escolar e distância da escola.....	45
Figura 5 – Principais dificuldades nas disciplinas ou atividades.....	46
Figura 6 – Tarefas e responsabilidades escolares fora da sala de aula.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABP – Aprendizagem Baseada em Problemas

AOSG – Assistente de Operações de Serviços Gerais

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEP – Código de Endereçamento Postal

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

SECAD – Secretaria de Educação Continuada

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, com o desenvolvimento da sociedade, tem-se intensificado a necessidade de debater e investigar a qualidade e o desenvolvimento do ensino-aprendizagem nas zonas rurais, tema de extrema importância tanto do ponto de vista acadêmico quanto prático. Tendo isso em vista, o presente trabalho tem como tema “Educação do Campo: Desafios e Perspectivas no Processo de Ensino-Aprendizagem no 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Santa Anastácia”.

A Educação do Campo emerge como um direito humano essencial, fundamental para a promoção da justiça social e para o reconhecimento das identidades e saberes das populações rurais. Segundo Caldart (2000), "a Educação do Campo deve ser reconhecida como um direito humano fundamental, que promove a justiça social e a valorização das identidades e saberes das populações rurais."

Essa perspectiva evidencia a necessidade de uma abordagem educativa que respeite as especificidades culturais, econômicas e sociais dessas comunidades, integrando-as ao processo de ensino-aprendizagem. Com base nisso, este trabalho propôs como problemática as seguintes questões: Quais os principais desafios encontrados no contexto da educação no campo? Como se desenvolve a Educação do Campo no seu processo de ensino-aprendizagem?

Diante dessas questões, este trabalho teve como objetivo geral analisar a Educação do Campo a partir dos desafios e perspectivas relacionados ao processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, são definidos os seguintes objetivos específicos: identificar a qualidade do ensino no campo e as principais dificuldades enfrentadas nesse processo; compreender a concepção de Educação do Campo em sua totalidade; e evidenciar o direito ao acesso e à permanência em uma educação de qualidade como elemento central da garantia de justiça social.

Para o êxito da pesquisa, foi utilizada uma abordagem quantiqualitativa, complementada por uma revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo para coletar dados relevantes sobre os desafios e as perspectivas da educação no campo. A pesquisa foi aplicada na Unidade Escolar Santa Anastácia, localizada na zona rural de São Luís Gonzaga, Maranhão, no povoado Coheb.

Contou-se com a colaboração dos seguintes autores para a elaboração e fundamentação teórica deste trabalho: Caldart (2003), Candau (2011) e Dayrell (1996), e outros autores relevantes na área, além da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 2024), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2022), que proporcionaram uma base teórica sólida para o estudo.

Diante dos desafios e obstáculos enfrentados na educação no campo, esta pesquisa buscou ajudar a identificar as necessidades e desafios enfrentados pelas escolas rurais, assim como apontar sugestões para aprimorar a qualidade da educação oferecida nessas regiões. Além disso, uma pesquisa na área pode contribuir para a elaboração de políticas públicas que atendam as demandas da Educação do Campo, bem como auxiliar no desenvolvimento de novas práticas pedagógicas que levem em conta as particularidades do ambiente rural.

A realização desta pesquisa se justifica pela necessidade de fortalecer e valorizar a Educação do Campo como uma modalidade educacional necessária, legítima e relevante. Ao obter informações e evidências sobre a realidade da escola, foi possível fundamentar argumentos concretos que embasam a necessidade de implementação de políticas públicas mais efetivas, que promovam a equidade educacional e o acesso a uma educação de qualidade para todos, independentemente de sua localização geográfica.

A compreensão aprofundada nessas perspectivas e desafios enfrentados pelos alunos do campo é de extrema importância para desenvolver estratégias e políticas educacionais mais eficazes, que levem em consideração as particularidades dessas comunidades rurais. Através da pesquisa, foi possível analisar e documentar as dificuldades enfrentadas e propor soluções inovadoras que contribuam para a evolução da educação nessas áreas.

Além disso, ao analisar e refletir sobre as particularidades da Educação do Campo, esta pesquisa procurou acrescentar proveitosamente e contribuir para a ampliação do debate que gira em torno da necessidade de uma pedagogia adaptada, articulada e conectada, que dialogue com os saberes locais da escola e respeite as vivências dos estudantes e suas comunidades. É essencial investir em infraestrutura, transporte e materiais didáticos adequados. A atuação docente deve considerar os saberes locais e o cotidiano dos alunos. Assim, fortalece-se uma educação transformadora e socialmente justa.

Dessa forma, espera-se que este estudo não apenas subsidie futuras pesquisas acadêmicas, mas também inspire gestores, educadores e formuladores de políticas públicas a adotarem práticas que promovam uma educação mais inclusiva, participativa e transformadora, capaz de atender às demandas específicas das populações rurais e fortalecer seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A valorização da Educação do Campo requer formação continuada de professores, preparados para lidar com realidades rurais específicas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A Escola da Educação do Campo

Nesta seção, será discutida a fundamentação teórica da Educação do Campo, abordando conceitos, princípios e perspectivas dessa modalidade educacional. Serão explorados os aspectos que diferenciam a Educação do Campo da educação urbana tradicional, destacando a importância de considerar as particularidades culturais, econômicas, sociais e ambientais das comunidades rurais.

Além disso, serão apresentadas perspectivas teóricas sobre a construção de uma educação de qualidade, desafiando a lógica padronizada e homogeneizante, que muitas vezes prevalece na educação escolar, pois, a homogeneização dos sujeitos como alunos corresponde à homogeneização da instituição escolar, compreendida como universal. (Dayrell, 1996, p. 4)

Boa parte das escolas do campo, frequentemente apresentam infraestruturas inadequadas para atender de forma eficiente às necessidades dos estudantes. Em contraste, percebe-se que as instituições urbanas recebem maior investimento, refletindo na qualidade do ensino oferecido. Isso ocorre, em parte, devido à maior visibilidade das escolas urbanas, vinculada à concentração populacional dessas áreas, o que reforça a desigualdade no acesso à educação.

Os órgãos públicos priorizam áreas mais populosas, buscando resultados mais imediatos, mas essa abordagem agrava as dificuldades para alcançar equidade no sistema educacional. Como consequência, os estudantes das áreas rurais, que já enfrentam limitações no acesso a uma educação de qualidade, são prejudicados em sua formação e na qualificação futuramente necessária para o mercado de trabalho.

A falta de investimentos afeta diretamente o desenvolvimento dessas comunidades, comprometendo não apenas o ambiente escolar, mas também o crescimento igualitário da sociedade como um todo. Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de maior atenção e investimentos no ensino das áreas rurais, de modo a garantir o pleno desenvolvimento social e educacional. Vale lembrar que a Constituição Federal, em seu artigo 205, estabelece:

A educação, direito de todos e dever dos estados e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, p.305)

Entre os diversos entraves enfrentados pelos moradores das áreas rurais, destaca-se a falta de informação sobre seus direitos. Muitas dessas pessoas não têm o privilégio de conhecer as leis que poderiam atender às suas necessidades. Além disso, alguns estudantes

enfrentam a necessidade de conciliar os estudos com o trabalho, o que frequentemente leva à evasão escolar de jovens e adolescentes.

Esse cenário ocorre porque muitos preferem trabalhar na roça para ajudar financeiramente suas famílias e contribuir para a alimentação do lar. Para diversas famílias, a ajuda financeira dos filhos é essencial para complementar a renda familiar. Essa pressão aumenta principalmente durante os períodos de plantio e colheita, momentos em que os jovens acabam abandonando os estudos, apesar de serem um direito assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação de peculiaridade da vida rural e de cada região, especialmente: conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas. III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996: art.28)

Nesse contexto, é essencial compreender que a prática educativa não se limita apenas à escola, aos professores, aos alunos, aos livros didáticos ou às avaliações. A educação permeia praticamente todos os setores sociais, acontecendo de forma contínua e não exclusivamente dentro de instituições escolares. Há uma conexão natural entre educação, meio ambiente e o desenvolvimento de formas de vida moldadas às realidades e necessidades de cada indivíduo em sua jornada na sociedade.

Partindo desse pressuposto, segundo Liszt, Candau, Forquim e Vieira (1998):

A democracia não é apenas um regime político com partidos e eleições livres. É, sobretudo uma forma de existência social. Democrática é uma sociedade aberta, que permite sempre a criação de novos direitos. Os movimentos sociais das lutas, transformaram os direitos declarados formalmente em direitos reais. As lutas pela liberdade e igualdade ampliaram os direitos civis e políticos da cidadania, criaram direitos sociais, os direitos das chamadas ‘minorias’ – mulheres, crianças, idosos, minorias étnicas e de comunidades rurais- e, pelas lutas ecológicas, o direito ao meio ambiente sadio (Vieira, 1998, p. 39-40)

A luta por uma Educação do Campo de qualidade é um movimento de resistência e reivindicação fundamental para as populações rurais. Garantir esses direitos nunca foi e dificilmente será uma tarefa fácil, especialmente para grupos frequentemente classificados como "minorias". Essas comunidades buscam assegurar seus direitos, lutar por maior respeito e reduzir as desigualdades que enfrentam.

Essa luta continua sendo constante e necessária, inclusive dentro das escolas,

buscando garantir a democracia nos direitos, deveres e na qualidade do ensino para todos os envolvidos. Além disso, uma educação de qualidade no campo pode capacitar jovens e adultos para a aplicação de técnicas agrícolas, promovendo práticas mais eficientes e sustentáveis.

Assim, a Educação do Campo contribui para o desenvolvimento sustentável e o cuidado com o meio ambiente e também fomenta o crescimento econômico local.

A luta por uma Educação do Campo de qualidade vai além da garantia do acesso, sendo um movimento constante de resistência que busca a valorização das comunidades rurais. A educação nesse contexto não apenas fortalece o desenvolvimento sustentável e o respeito às particularidades locais, mas também se torna um instrumento crucial para capacitar jovens e adultos, fortalecendo a economia local e promovendo práticas sustentáveis.

Por isso, o ensino deve ser acessível a todos, independentemente da localização. A população rural tem o direito de reivindicar as mesmas condições educacionais oferecidas nas áreas urbanas. Assim, torna-se essencial que essas comunidades se organizem, busquem apoio e lutem por políticas públicas que assegurem uma educação inclusiva, capaz de atender às suas realidades e demandas.

É fundamental que essa educação seja pautada no respeito e na cooperação, considerando que os benefícios serão mútuos: tanto para a população quanto para os órgãos responsáveis pela gestão dessas localidades, especialmente no que diz respeito à qualidade dos profissionais envolvidos no processo educacional. A Educação do Campo é uma abordagem educacional que reconhece e valoriza as especificidades e necessidades dos estudantes que vivem e se envolvem em atividades nas áreas rurais.

Diferente da educação urbana tradicional, a Educação do Campo busca promover uma formação tomando em consideração as particularidades e peculiaridades culturais, econômicas, sociais e ambientais das comunidades rurais, pois como defende Candau (2020):

A educação escolar, o “formato” escolar predominante continua estruturado a partir dos referentes da modernidade que são naturalizados e, mesmo, terminam por ser essencializados. Parece que há uma única e verdadeira maneira de se pensar a escola, seus espaços e tempos, sua lógica de organização curricular, sua dinâmica e, até mesmo, sua decoração e linguagem visual. Tudo parece concorrer para afirmar a homogeneização e padronização. Acredito que somente avançaremos na construção de uma qualidade adequada aos tempos atuais se questionamos esta lógica. Caso contrário, continuaremos enfatizando medidas paliativas e cosméticas. (Candau, 2020, p. 5)

Destaca-se a importância de questionar essa lógica dominante na construção de uma educação de qualidade para os tempos atuais. Argumenta-se que a simples adoção de medidas paliativas ou mudanças superficiais não será suficiente para promover uma transformação efetiva na educação. Além disso, a valorização dos saberes locais e a inclusão de metodologias

pedagógicas que considerem a diversidade cultural são fundamentais para alcançar um ensino verdadeiramente inclusivo e transformador.

Como sustenta Freitas e Cassiani (2020):

Um desafio à pedagogia moderna, que terá que unir ações de criatividade e de qualidade para reproduzir as condições das tradições valiosas, sendo capazes de avaliar seus pontos negativos e positivos, para poderem serem alterados, para que assim sejam passados aos alunos de maneira útil e com critério. (Freitas, Cassiani, 2020, p. 43)

Torna-se, por isso, essencial trabalhar em conjunto com órgãos públicos para implementar políticas que incentivem tanto o voluntariado quanto a participação de instâncias estaduais e federais em projetos voltados à comunidade. Essa colaboração pode desenvolver um ambiente participativo entre educandos, educadores e comunidade local, beneficiando os alunos em sua formação qualitativa e conectando o aprendizado às necessidades e potencialidades da região.

A escola desempenha um papel fundamental, não apenas no âmbito pedagógico, mas também social, ao assegurar o direito à educação. Cada educando tem seu próprio modo de pensar e agir, influenciado pelo contexto em que vive, e a escola deve estar preparada para receber e acolher essa diversidade. É importante promover reflexões que contemplem as maiores dificuldades encontradas no processo educacional, bem como observar as condições em que a escola se ajusta à realidade da comunidade.

Com base nessas reflexões, torna-se possível propor alternativas para melhorar a qualidade da educação, utilizando metodologias e didáticas que se adequem àquela população. Essa abordagem permite alinhar o ensino às demandas locais, garantindo maior efetividade no aprendizado e promovendo o desenvolvimento de uma política educacional que atenda às especificidades do contexto rural.

De acordo com Candau (2005):

O que parece consensual é a necessidade de se reinventar a educação escolar para que possa oferecer espaços e tempos de ensino-aprendizagem significativa e desafiante para o contexto sócio político e culturais atuais e as inquietudes de crianças e jovens (Candau, 2005 p.13.)

É também necessário ir além e repensar os fundamentos da estrutura educacional, considerando as demandas e desafios contemporâneos, as diversidades presentes nas escolas e a necessidade de abordagens pedagógicas mais flexíveis e adequadas aos contextos sociais, culturais e tecnológicos atuais. O currículo escolar deve ser contextualizado a realidade do meio. de modo a garantir a formação crítica e o desenvolvimento integral dos estudantes.

2.2 O Currículo da Educação do Campo e sua Contextualização

O currículo é uma prática social complexa, construída historicamente, vinculada as relações sociais, políticas, econômicas e culturais. (Regis, 2012). Não se limita apenas ao conteúdo a ser ensinado, mas está intrinsecamente ligado a um contexto histórico e às dinâmicas sociais em que está inserido, visando criar uma educação que esteja em consonância com suas realidades e aspirações.

O mesmo busca superar o modelo tradicional e homogêneo de ensino, que muitas vezes desconsidera as particularidades dos sujeitos do campo, impondo uma educação descontextualizada e alheia às suas vivências. Essa perspectiva enfatiza que o currículo é moldado pelas relações sociais, políticas, econômicas e culturais de uma sociedade, refletindo valores, crenças e práticas que permeiam a educação em um determinado tempo e lugar.

Segundo Regis (2012, p. 17), “a educação escolar como processo de formação e de socialização supõe a transmissão de conhecimentos, atitudes, hábitos e valores veiculados pelos currículos”. Isso aponta para a função ampla e multidimensional da educação escolar, que vai muito além da simples transmissão de conteúdos acadêmicos. A educação escolar é, essencialmente, um processo de formação e socialização, no qual os currículos desempenham um papel central na disseminação não apenas de conhecimentos, mas também de atitudes, hábitos e valores.

Esse entendimento revela o impacto profundo que a educação tem na construção do indivíduo e na sua inserção social. Um ponto central é a contextualização, que reconhece a diversidade e pluralidade das experiências dos alunos, assim como o meio em que estão inseridos. Com base em fundamentos teóricos da Educação do Campo, percebe-se que esta se apoia em diversos princípios e conceitos, que destacam a importância de uma educação contextualizada, crítica, participativa e emancipadora para os sujeitos do campo.

Como afirma Sacristán (1934, p. 70):

O mundo real não é um contexto fixo, não é só nem principalmente o universo físico. O mundo que rodeia o desenvolvimento do aluno é hoje, mais nunca, uma clara construção social onde as pessoas, objetos, espaços e criações culturais, políticas ou sociais adquirem um sentido peculiar, em virtude das coordenadas sociais e históricas que determinam sua configuração. Há múltiplas realidades como há múltiplas formas de viver e dar sentido à vida. (Sacristán apud Dayrell, 1996, p. 6)

O mundo que circunda o desenvolvimento do aluno é, sobretudo, uma construção social. Isso significa que o ambiente em que o aluno está, e que influencia sua formação, é moldado por aspectos sociais, históricos, políticos e culturais, e não apenas por elementos tangíveis. Mencionada por Dayrell (1996), ao afirmar que "há múltiplas realidades como há múltiplas formas de viver e dar sentido à vida", Sacristán (1934) aponta para a diversidade de experiências e perspectivas que coexistem na sociedade.

O sentido que as pessoas atribuem ao mundo depende de suas vivências, sua posição social e histórica, e suas interações com os elementos ao seu redor. No campo educacional, essa compreensão se baseia em reconhecer que cada aluno carrega uma visão única de mundo, e que o ensino deve dialogar com essas múltiplas realidades. Para os professores, isso implica o desafio de criar práticas pedagógicas que respeitem e integrem essa realidade. A educação deve ser sensível às condições e particularidades de cada grupo.

As criações humanas — sejam culturais, políticas ou sociais — adquirem significados que variam de acordo com os contextos sociais e históricos. Isso reforça o papel do currículo como uma construção social, que não apenas transmite conhecimento, mas também reflete e influencia as relações de poder e a dinâmica social de um determinado momento. O currículo, nesse sentido, está intrinsecamente ligado às estruturas sociais e aos valores de uma sociedade, deixando claro que não é uma entidade neutra.

Nesse contexto, os professores e as instituições educacionais têm um papel crucial na formação crítica dos alunos. Cabe a eles ajudá-los a compreender as realidades em que vivem e desenvolver a capacidade de transformá-las. A escola, portanto, deve ser um espaço que vai além de um simples repasse de conteúdos, funcionando como um meio de reflexão e transformação social.

As práticas educativas precisam preparar os alunos para interpretar e agir sobre o mundo de maneira consciente, promovendo uma educação emancipadora capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária. O currículo contextualizado, nesse sentido, vai além da simples transmissão de conteúdos intelectuais; ele visa promover um aprendizado que tem relevância para a vida prática e social dos estudantes, vinculando o saber formal às suas realidades cotidianas.

O papel do currículo, conforme Regis (2012) e Sacristán (1934), é formar indivíduos conscientes de seu papel social e capazes de intervir no mundo de maneira crítica e transformadora. A Educação do Campo, portanto, não pode ser uma mera adaptação do currículo urbano, ela deve ser uma prática pedagógica que respeite e valorize as culturas e saberes do campo, impulsionando a emancipação dos sujeitos.

A formação no campo, como mencionada por Dayrell (1996), reconhece os jovens e adultos como sujeitos socioculturais com cosmovisões próprias, o que exige uma pedagogia que dialogue com essas visões, promovendo uma educação crítica, libertadora e transformadora. Educar nos remete a favorecer o desenvolvimento dos alunos em diferentes dimensões - cognitiva, afetiva, política, social, cultural.

Ao valorizar cada aluno, cada aluna, enfatiza-se a importância de criar um ambiente

inclusivo e acolhedor, onde todos se sintam respeitados e valorizados em suas singularidades. Essa abordagem reconhece que o processo educacional não deve ser homogeneizante, mas sim proporcionar um espaço de aprendizagem que permita o desenvolvimento pleno das potencialidades de cada estudante.

Como ressaltado por Dayrell (1996):

Uma outra forma de compreender esses jovens que chegam à escola é apreendê-los como sujeitos socioculturais. Essa outra perspectiva implica em superar a visão homogeneizante e estereotipada da noção de aluno, dando-lhe um outro significado. Trata-se de compreendê-lo na sua diferença, enquanto indivíduo que possui uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios. (Dayrell, 1996, p.5)

As instituições educacionais não são apenas espaço de resignação a hegemonia, mas de possibilidades de transformação. (Regis, 2012) Embora as escolas possam, em alguns contextos, reforçar estruturas de poder e manter o *status quo*, ou seja, ser vista como um espaço onde as estruturas de poder existentes na sociedade são preservadas e mantidas, elas também oferecem oportunidades para questionar, criticar e desafiar essas estruturas.

Isso se alinha à ideia de que a educação não deve apenas reproduzir os valores e práticas dominantes, mas também servir como espaço para questionar e transformar a realidade. Isso está relacionado ao papel emancipador da educação, que pode ajudar os alunos a desenvolverem uma consciência crítica sobre o mundo e suas injustiças, tornando-os agentes de mudança em suas comunidades.

A Educação do Campo, ao reconhecer a diversidade sociocultural e as realidades específicas de seus sujeitos, reafirma a necessidade de currículos que dialoguem com as práticas e vivências locais. Isso requer uma abordagem que transcenda os limites tradicionais das disciplinas, promovendo uma integração entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos ancestrais e comunitários.

Ao fazer isso, a escola torna-se um espaço de construção de identidade e valorização das culturas do campo, resistindo à imposição de modelos urbanos e padronizados. Ao promover uma educação que esteja em constante diálogo com as realidades e necessidades do campo, as escolas podem se tornar agentes de transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa, que respeite e valorize as especificidades e saberes das populações rurais.

Para que isso ocorra, é fundamental que o professor esteja preparado para adotar práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas, que reconheçam as especificidades dos sujeitos do campo e contribuam para a construção de uma educação que não apenas forme cidadãos críticos, mas também fortaleça as comunidades em que estão inseridos. Essa

preparação deve incluir formação continuada, suporte institucional e acesso a recursos didáticos que dialoguem com a realidade local.

2.3 Os Profissionais no Contexto da Educação do Campo

Parte das instituições escolares em áreas rurais frequentemente enfrentam diversos desafios, assim como os professores. Entre esses desafios, destaca-se a longa distância que estudantes e professores precisam percorrer para chegar às instituições de ensino, a falta de transporte ou o transporte inadequado. Além disso, é *sine qua non* mencionar a dificuldade em atrair profissionais qualificados para essas áreas, o que se deve à falta de motivação e ao receio de enfrentar essa realidade.

Esses profissionais, que muitas vezes se deslocam da zona urbana para a zona rural, enfrentam obstáculos, inclusive relacionados às condições das estradas até a escola. Dessa forma, existe uma certa resistência por parte desses profissionais ao serem designados para trabalhar naquela localidade. Por isso, torna-se necessário que os órgãos responsáveis coloquem pessoas da própria região, muitas vezes sem formação adequada ou sem formação continuada, o que acaba trazendo prejuízos para a qualidade do ensino.

O artigo 62, inciso I, da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) explicita:

A formação de docentes para atuar na educação básica faz-se a em um nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e instituições superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil, a oferecida para o exercício do magistério na educação infantil, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Brasil, 1996)

O artigo da LDB mencionado ressalta a importância de contar com profissionais devidamente formados, uma vez que possuem a capacitação necessária e estão melhor preparados para implementar práticas educativas que favoreçam o desenvolvimento dos alunos, preparando-os para interagir de maneira mais eficaz na sociedade. A formação adequada desses profissionais contribui para a qualidade do ensino, que desempenha um papel fundamental na preservação de valores e saberes locais, essenciais para a manutenção da diversidade.

A formação capacita o professor a lidar com essa diversidade dentro da sala de aula, atendendo alunos com diferentes necessidades e garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. Diante disso, percebe-se o quanto é prejudicial para o processo pedagógico a falta de diretrizes adequadas para a formação desses profissionais. A formação adequada é fundamental para promover a qualidade da educação.

Como destaca Caldart (2003): “Na realidade do campo, há muitas escolas com

apenas um professor ou uma professora”. Ressalta-se a necessidade de que esses profissionais desempenhem múltiplas funções, devido a diversos fatores, como a falta de infraestrutura adequada, a escassez de profissionais e as particularidades da educação que sucede no campo. Vale ressaltar que, sem a devida formação, esses profissionais não conseguirão desempenhar essas funções com excelência, tornando-se um desafio diário e sem êxito.

A formação e o apoio a esses profissionais são fundamentais para melhorar a qualidade da educação rural. Os discursos voltados à educação no campo revelam o cenário presente nessas áreas, como as salas multisseriadas. A dificuldade em encontrar professores agrava a situação, pois um único professor não consegue atender adequadamente a todas as turmas.

Com alunos que apresentam diferentes dificuldades e necessidades, o profissional de sala de aula não consegue executar as atividades de forma adequada e abrangente para todos, de maneira específica e pertinente. Isso gera lacunas no aprendizado, dificultando o avanço daqueles que já possuem algum conhecimento, levando alguns ao retrocesso. Sem um suporte adequado, esses alunos não conseguem consolidar seus aprendizados, o que compromete o seu progresso contínuo.

De acordo com o relatório do INEP (2008):

(...) o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente a ausência da infraestrutura básica-material e de recursos humanos que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensinoaprendizagem. (...) (INEP,2006:19 apud SECAD,2007:22)

Assim, quando o professor divide o tempo entre diferentes séries e conteúdos, a qualidade do ensino é reduzida, comprometendo assim o desempenho dos estudantes e seu desenvolvimento na sociedade. Ter diferentes séries em uma única sala pode trazer malefícios e desafios ao contexto educacional. A maior carga de trabalho para o professor diminui sua resiliência em sala de aula, pois o cansaço físico e emocional se agrava.

Cardart (2003) retoma a questão relatando que:

Educadores e educandos, educadoras e educandas constituem a coletividade e são responsáveis pela construção pertinente do ambiente educativo. Mas nossa prática nos ensina que, da mesma maneira que precisamos garantir espaços próprios dos educandos, para que desenvolvam mais rapidamente sua capacidade organizativa e seu pensamento autônomo, também é necessário garantir uma organização própria de educadores, em alguns lugares chamados de coletivo pedagógico da escola, responsável pela direção do processo pedagógico como um todo. (Cardart, 2003, p. 74)

A partir dessa perspectiva, os profissionais da educação são incentivados a adotar

práticas pedagógicas que promovam a participação ativa dos alunos, estimulem o pensamento crítico, desenvolvam habilidades socioemocionais e valorizem as diferentes formas de conhecimento presentes na sala de aula. É fundamental que essas práticas contribuam para uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

De acordo com Candau (2005):

O que parece consensual é a necessidade de se reinventar a educação escolar para que possa oferecer espaços e tempos de ensino-aprendizagem significativa e desafiante para o contexto sócio-político e culturais atuais e as inquietudes de crianças e jovens (Candau, 2005 p.13)

Dessa maneira, percebe-se que, para garantir a eficácia do ensino-aprendizagem nas escolas, é necessário que o profissional da educação esteja em constante formação e atualização. Afinal, o impacto que esses profissionais terão no futuro da sociedade é significativo, e as comunidades rurais buscam uma maior integração social por meio de uma ação educativa em construção.

Isso contribui para despertar nos alunos o fundamento da libertação das condições de opressão. O conceito de "reinventar" citado, destaca a importância da inovação, ou seja, da adoção de novas abordagens metodológicas e práticas pedagógicas no meio escolar, promovendo um aprendizado mais profundo. Diante disso, a inovação contínua no campo implica em adaptar-se às necessidades dos alunos e às mudanças no espaço de ensino.

Além da postura pedagógica dos professores, cabe também nos perguntarmos pela qualidade dos conhecimentos dos conteúdos ministrados na escola. (Dayrell, 1996, p. 23) O processo pedagógico é um processo coletivo e por isso precisa ser conduzido de modo coletivo, enraizando-se e ajudando a enraizar as pessoas em coletividades fortes. (Caldart, 2003, p. 74).

Portanto, destaca-se a importância de uma educação que vá além do aspecto cognitivo, reconhecendo e valorizando as múltiplas dimensões do desenvolvimento dos alunos, e enfatizando a necessidade de uma abordagem pedagógica que respeite e valorize as características socioculturais de cada estudante. Isso exige um comprometimento real dos educadores em construir um ambiente de aprendizagem que seja inclusivo, colaborativo e capaz de atender às necessidades individuais de cada aluno.

É necessário assegurar condições dignas de trabalho, incluindo infraestrutura adequada, transporte acessível e materiais pedagógicos contextualizados, permitindo que os professores desempenhem seu papel de forma plena. Portanto, é imprescindível que as políticas públicas garantam suporte efetivo para a formação e atuação dos profissionais da Educação do

Campo, promovendo incentivos que atraíam e mantinham professores qualificados nessas áreas.

2.4 A Pedagogia da Alternância

A pedagogia da alternância é uma metodologia educacional desenvolvida especialmente para a educação no campo, com o objetivo de integrar a teoria e a prática de forma a promover uma formação mais contextualizada e significativa para os estudantes. Ela envolve períodos alternados de estudos na escola e práticas no campo, permitindo que os estudantes possam aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula nas atividades agrícolas e pecuárias.

Essa abordagem favorece a valorização do conhecimento prático e promove a formação integral dos estudantes, desenvolvendo habilidades cognitivas, técnicas, sociais e emocionais; visa conectar o conhecimento teórico adquirido na escola com as experiências práticas vividas no contexto rural. Isso permite que os alunos apliquem o que aprenderam em sala de aula em situações reais, fortalecendo sua compreensão e habilidades.

Esse modelo educacional tem suas raízes na pedagogia rural, que buscava respeitar e fortalecer a cultura e os modos de vida do campo, considerando a necessidade de os alunos ajudarem nas atividades agrícolas de suas famílias. Com o passar do tempo, a pedagogia da alternância expandiu-se além do contexto rural, sendo adotada em diversas áreas, como a formação profissional, a educação técnica e a educação comunitária.

Como afirma Gimonet (2007):

A realidade é bem mais complexa e se queremos entender os segredos da formação alternada, convém definir lhe os componentes e suas interações, hierarquizá-los e organizá-los numa perspectiva sistêmica. Somente assim deixa-se o simples método pedagógico para encarar a colocação em prática de um sistema educativo. (Gimonet, 2007, p.1)

A abordagem da formação alternada não pode ser reduzida a um simples método pedagógico isolado, mas deve ser considerada como a implementação de um sistema educativo mais amplo. Isso implica em analisar e compreender as diferentes partes que compõem esse sistema, como a articulação entre a teoria e a prática, as relações entre a escola e o mundo do trabalho, a interação entre os diferentes atores envolvidos e as dinâmicas que ocorrem ao longo do processo educativo.

Ao adotar uma perspectiva sistêmica, busca-se compreender as relações entre os componentes da formação alternada, suas influências mútuas e como eles se integram para promover uma educação mais abrangente e contextualizada. Essa perspectiva reconhece que a formação alternada não se resume a uma simples sequência de atividades ou aulas, mas envolve

a criação de um sistema coeso e integrado que proporciona uma experiência educacional enriquecedora e significativa para os estudantes.

A Educação do Campo busca superar a fragmentação do conhecimento, promovendo a integração entre as diferentes disciplinas escolares e as experiências vividas no campo. A interdisciplinaridade estimula uma compreensão mais ampla e contextualizada dos fenômenos, incentivando a articulação entre os saberes científicos e os saberes tradicionais das comunidades rurais.

Essa abordagem educacional reconhece e valoriza a diversidade cultural e identitária das comunidades rurais. Ela busca promover a valorização das práticas, saberes e tradições locais, respeitando e fortalecendo a identidade cultural dos estudantes. Isso contribui para a construção de uma autoestima positiva, autoconfiança e senso de pertencimento, elementos fundamentais para a formação cidadã dos sujeitos do campo. Do contrário, Candau (2020) explica:

Afirmo que termina por conceber o processo educacional basicamente como ensino de alguns conhecimentos específicos, a sua dimensão cognitiva. Educar fica reduzido a ensinar. Ensinar a instruir. Instruir a preparar para ter êxito em testes padronizados. Processo este que termina reduzindo a educação a questões meramente operacionais. Resultado? O “sequestro” da educação. Seu congelamento numa lógica produtivista e limitada. (Candau, 2020, p. 3)

A autora faz uma crítica à concepção limitada e escassa do processo educacional, que se concentra principalmente no ensino de conhecimentos específicos, em sua dimensão cognitiva e potencial intelectual. A autora afirma que essa visão reduz a educação ao ato de ensinar, transmitir, repassar, que por sua vez é reduzido a instruir e preparar os alunos para obter sucesso e eficiência em testes fixamente padronizados.

Esse processo acaba reduzindo a educação a questões meramente operacionais, negligenciando outras dimensões importantes, como o desenvolvimento integral dos alunos, suas habilidades socioemocionais e a capacidade de pensar criticamente. O resultado dessa abordagem é descrito como um "sequestro" da educação, que é congelada em uma lógica produtivista e limitada.

Essa crítica sugere a necessidade de uma abordagem mais ampla e holística da educação, que vá além do ensino de conteúdos específicos e leve em consideração aspectos como a formação integral dos alunos, a promoção do pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de lidar com problemas complexos, questionando assim, a ênfase excessiva na preparação para testes formalizados e ressaltando a importância de uma educação que estimule o desenvolvimento pleno dos indivíduos, considerando suas necessidades, talentos e potenciais.

Não há escolas do campo num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes

e buscando sair dele. (Caldart, 2003, p. 64) A presença de escolas nas áreas rurais só faz sentido quando há uma visão de futuro, um horizonte de possibilidades e um desejo de superar as adversidades enfrentadas pelas comunidades do campo. Essa afirmação destaca a importância de considerar as condições sociais, econômicas e culturais das comunidades rurais ao planejar e implementar políticas educacionais adequadas.

A existência de escolas no campo não é suficiente por si só, é necessário que essas escolas estejam inseridas em um contexto que valorize e promova o desenvolvimento humano e socioeconômico das populações rurais. As escolas no campo devem ser vistas como instrumentos de transformação social, capazes de fornecer oportunidades de crescimento, empoderamento e superação das desigualdades presentes nas áreas rurais.

2.5 Inovação Tecnológica: uma Ferramenta Auxiliadora na Educação do Campo

A Educação do Campo, ao propor uma abordagem que valorize a diversidade cultural e identitária das comunidades rurais, também se conecta com o debate sobre inovação educacional. As inovações podem servir como mediadoras para a construção de conhecimento de forma colaborativa, permitindo que os estudantes do campo tenham acesso a conteúdo e metodologias que antes eram inacessíveis, ao mesmo tempo em que fortalecem suas próprias identidades e saberes.

Compreende-se que a concepção "humanista" tradicional está na base dos métodos tradicionais de ensino, e, portanto, inovar na educação significa, muitas vezes, opor-se a esses modelos que, historicamente, desconsideraram as especificidades do campo. A inovação educacional no Brasil é também entendida como um processo que precisa lidar com os desafios culturais e sociais específicos do país, como a diversidade regional, as desigualdades sociais e a inclusão de populações historicamente marginalizadas. Garcia (1995) entende que:

Emerge já um primeiro critério para se caracterizar a inovação, a saber: inovador e o que se opõe ao tradicional. Em contrapartida, pode-se querer inovar nos seus métodos, a fim de se manter viva a tradição. Teríamos aqui métodos inovadores a serviço de objetivos tradicionais, vale dizer, de uma concepção tradicional da educação e da cultura. (Garcia, 1995, p. 20)

A inovação não depende apenas de mudanças institucionais, mas também da capacidade dos docentes de se engajarem em práticas pedagógicas transformadoras, que estimulem a autonomia dos alunos e promovam uma educação crítica. A inovação educacional precisa enfrentar problemas estruturais, como a precariedade das infraestruturas escolares, a formação insuficiente de professores, a falta de recursos pedagógicos e, conseqüentemente, a desigualdade de acesso à educação.

Essa transformação não é apenas tecnológica, mas envolve transformação nos

métodos de ensino e condições educacionais. Era isso que propunha o Programa Sociedade da Informação no Brasil, lançado em 1999. Uma iniciativa governamental criada para promover o uso e desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) em diversos setores, visando inclusão digital, modernização da administração pública e disseminação do conhecimento para o desenvolvimento socioeconômico do país.

A inovação tecnológica na Educação do Campo vai além da simples implementação de novas ferramentas digitais; ela representa uma mudança paradigmática nos métodos de ensino e aprendizagem. No cenário rural, as tecnologias podem ser vistas como poderosos instrumentos de transformação social, pois oferecem novas possibilidades para superar as limitações estruturais e geográficas enfrentadas pelas escolas do campo.

Ao integrar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) de maneira estratégica, é possível criar uma educação mais acessível, conectada e relevante para os estudantes das zonas rurais. A formação continuada dos professores é essencial, pois é ela que garante que os docentes não apenas saibam operar as novas ferramentas, mas também saibam como adaptá-las à realidade das comunidades rurais, respeitando suas culturas, saberes e necessidades específicas.

O Programa Sociedade da Informação no Brasil sugeria o uso de tecnologias da informação e comunicação como ferramentas para promover a inclusão digital e melhorar a qualidade da educação nas áreas rurais. O objetivo era reduzir as desigualdades no acesso à informação e ao conhecimento entre o campo e a cidade, fornecendo oportunidades para que as populações rurais tivessem acesso a recursos educacionais e tecnológicos, o que poderia ajudar no desenvolvimento local e na melhoria da qualidade de vida.

No entanto, a inovação tecnológica na educação rural não deve ser vista como uma solução mágica para todos os problemas educacionais, mas como uma estratégia que, quando bem implementada e alinhada com as necessidades locais, pode contribuir significativamente para a transformação educacional e social das comunidades rurais. A inclusão digital, ao lado da valorização dos saberes locais, tem o potencial de reduzir desigualdades, aumentar a autonomia dos alunos e promover um aprendizado mais dinâmico, participativo e relevante.

A integração tecnológica precisa ser acompanhada de formações continuadas para os educadores, garantindo que eles não apenas dominem as ferramentas, mas também saibam utilizá-las de forma crítica e criativa. A participação dos alunos nesse processo também é essencial, ressignificando o uso da tecnologia a partir de suas vivências. Dessa forma, promove-se uma relação dialógica entre tradição e inovação, onde o saber local é valorizado e incorporado, fortalecendo a identidade cultural e o senso de pertencimento das comunidades do campo.

3 PROEDIMENTOS METOLÓGICOS

Esta seção visa detalhar a abordagem metodológica adotada para a realização deste estudo, essencial para a análise dos desafios e perspectivas da Educação do Campo. A escolha cuidadosa dos procedimentos metodológicos foi orientada pela necessidade de compreender as especificidades do contexto rural e de proporcionar uma base sólida para a coleta e análise dos dados.

O processo investigativo considera tanto os aspectos qualitativos quanto quantitativos, com o objetivo de oferecer uma visão abrangente sobre as condições do ensino-aprendizagem em áreas rurais. Conforme Severino (2007, p. 141), todo processo metodológico deve estar orientado por um plano de investigação que articule os objetivos, os procedimentos e os instrumentos, garantindo a consistência científica do estudo.

A metodologia, portanto, foi constituída para explorar, descrever e analisar as dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores, permitindo que o estudo contribua para o entendimento da realidade educacional do campo e para a proposição de soluções que promovam a melhoria da qualidade da educação nessas regiões. A adoção de instrumentos variados, como questionários e entrevistas, visa proporcionar um panorama detalhado das percepções e necessidades dos envolvidos no processo educacional.

3.1 Instrumento de Pesquisa

O instrumento de pesquisa utilizado neste estudo foi elaborado com o objetivo de coletar dados relevantes sobre as percepções, desafios e perspectivas do ensino-aprendizagem no contexto da Educação do Campo. Para tanto, foram aplicados questionários estruturados, que constituem uma ferramenta eficaz para obter informações diretamente dos sujeitos da pesquisa, conforme destaca Santos (2020):

Os questionários são instrumentos valiosos para coletar informações diretamente dos sujeitos da pesquisa, permitindo compreender suas percepções, necessidades e expectativas, especialmente em contextos educacionais específicos, como a Educação do Campo. (Santos, 2020, p. 45).

Os questionários foram desenvolvidos com base em uma revisão bibliográfica com consultas a especialistas da área, garantindo a relevância e a validade do instrumento. Compostos por questões abertas e fechadas, os questionários abordaram aspectos como as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos, a percepção dos professores sobre o processo de ensino-aprendizagem e as condições gerais da escola no contexto rural.

A aplicação dos questionários ocorreu de forma totalmente presencial, diretamente com os 18 alunos da 5ª série do ensino fundamental e com dois professores da Escola Municipal Santa Anastácia. Essa abordagem presencial, cuidadosamente planejada, buscou assegurar

maior clareza nas respostas e a oportunidade de esclarecer dúvidas dos participantes durante o preenchimento. Os dados obtidos a partir dos questionários serviram para a análise das condições do ensino-aprendizagem no campo, contribuindo para fundamentar as discussões e propostas de intervenção apresentadas neste estudo.

A abordagem qualitativa possibilitou uma compreensão detalhada das narrativas dos participantes, enquanto a análise quantitativa possibilitou identificar padrões e tendências nos dados coletados. Essa combinação metodológica reforça a confiabilidade das conclusões e assegura uma visão integral sobre os desafios e potencialidades do ensino-aprendizagem na Educação do Campo.

3.2 Abordagem e Tipo de Pesquisa

Utilizou-se de revisão bibliográfica com uma abordagem quantiquantitativa de pesquisa, foi adotada uma pesquisa de campo para coletar dados relevantes sobre os desafios e perspectivas da Educação do Campo. Foram analisados estudos e pesquisas anteriores, bem como relatos de experiências educacionais no contexto rural. A pesquisa de campo envolveu a observação e entrevistas com professores, estudantes e demais envolvidos no processo educativo em uma escola rural específica.

O trabalho desenvolvido teve como proposta estudar e aprofundar-se na Educação do Campo, explorando suas diversas perspectivas e desafios no processo de ensino-aprendizagem. Essa pesquisa também é de natureza quantiquantitativa, abrangendo análises detalhadas, práticas pedagógicas específicas, entrevistas, observações diretas, questionários estruturados cuidadosamente e reflexões críticas sobre os contextos socioculturais envolvidos, pois, segundo Gatti (2004):

A pesquisa quantitativa '[...] pressupõe um conhecimento amplo e aprofundado da área em que os problemas estudados se situam, pressupõe o domínio de teorizações e o conhecimento de seus contornos epistêmicos. (Gatti, 2004, p.28)

Para realizar uma pesquisa quantitativa de qualidade, é necessário ter um entendimento abrangente da área em que os problemas estão inseridos. Isso implica possuir domínio das teorias relevantes, compreender os contornos epistêmicos, ou seja, os fundamentos teóricos e conceituais que sustentam o conhecimento na área, além de desenvolver métodos rigorosos que garantam a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos ao longo do estudo.

3.3 Sujeito da Pesquisa

A seleção da população estudada é composta por 18 alunos da 5ª série do ensino fundamental da Escola Municipal Santa Anastácia, situada na zona rural da cidade de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, em um povoado cujo nome é Coheb, CEP: 65.708-000. O CNPJ da escola é 07.515.126/0001-48, INEP 21111413. Além de duas salas de aula, a escola contém uma cantina, uma sala de diretoria, uma dispensa, dois banheiros e um pátio bem pequeno.

A escola conta com uma equipe dedicada, composta por um gestor, uma secretária, duas auxiliares, duas AOSGs, duas merendeiras. No turno matutino são três professores, sendo dois titulares e um auxiliar, contando ainda com um mediador em uma das salas de aula. A escola contém somente 2 salas de aula, no turno matutino funciona o maternal, o 1º ano e 2º ano em sala multisseriada. Durante o turno vespertino funcionam duas salas, uma com 3º ano e outro com 4º ano e 5º ano. São 32 alunos no turno matutino e 37 no turno vespertino. Um total de 69 alunos.

O estudo resguarda a cientificidade do universo para obter condições de comprovação de hipóteses, desse modo houve a necessidade de se ter uma amostra que represente esse universo da pesquisa, desta maneira, os resultados irão se aproximar de modo bastante semelhante ao que seria obtido se um universo inteiro fosse analisado. É importante garantir que a escolha da amostra respeite a diversidade e as características específicas do público estudado para que os dados coletados sejam representativos.

Segundo Gil (1991):

Os levantamentos abrangem o universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, o mais frequente é trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo quando essa amostra é rigorosamente selecionada os resultados obtidos no levantamento tendem a aproximarem bastante daqueles que seriam obtidos caso fosse possível pesquisar todos os elementos do universo. (GIL, 1991, p. 17)

Em muitos casos, é impraticável ou impossível estudar ou considerar todos os elementos de um universo em uma pesquisa. Portanto, é comum trabalhar com uma amostra, que é uma pequena parte dos elementos do universo. No entanto, é importante ressaltar que a amostra deve ser selecionada de forma rigorosa, garantindo que seja representativa do universo geral para que os resultados possam ser generalizáveis.

3.4 Lócus da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada na Unidade Escolar Santa Anastácia, localizada na zona rural de São Luís Gonzaga, Maranhão. A escola atende alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, sendo uma referência na comunidade local por sua atuação em um contexto rural. A instituição enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, acesso a materiais

pedagógicos, dentre outros, que são comumente encontrados em escolas do campo. A imagem a seguir mostra a frente da escola.

Figura 1 – Escola Municipal Santa Anastácia



(Fonte: foto tirada pelos autores, 2024)

A Unidade Escolar Santa Anastácia está inserida em um cenário socioeconômico marcado pela agricultura familiar e pelo trabalho rural, características predominantes e marcantes da região. Essa realidade influencia diretamente o perfil dos estudantes, que em sua maioria contribuem de alguma forma nas atividades familiares e enfrentam dificuldades relacionadas à distância entre suas residências e a escola, bem como a falta de acesso a recursos tecnológicos e materiais didáticos adequados.

A escolha desse locus justifica-se pela relevância de compreender os desafios e as especificidades enfrentadas por uma escola localizada em uma área campestre, proporcionando uma visão geral mais abrangente sobre a Educação do Campo e suas particularidades. Além disso, a comunidade escolar demonstrou interesse em contribuir para o levantamento de informações que possam subsidiar ações de melhoria no processo de ensino-aprendizagem.

3.5 Procedimentos de Análise e Interpretação de Dados

Para a análise e interpretação dos dados coletados, foi adotada uma abordagem quantiquantitativa, que integra dados numéricos e descritivos com o objetivo de obter um panorama e compreensão mais abrangentes e aprofundados do objeto de estudo. Os

instrumentos utilizados na pesquisa incluíram questionários aplicados aos estudantes e aos professores, rodas de conversa e análise documental.

Os questionários continham perguntas objetivas e subjetivas, permitindo a coleta de informações sobre a percepção dos alunos e professores quanto à infraestrutura escolar, materiais pedagógicos, metodologias de ensino e os desafios enfrentados tanto pelos professores, quanto pelos estudantes. Já as rodas de conversa, realizadas em grupos, possibilitaram uma abordagem mais participativa, na qual os alunos puderam expressar suas opiniões, sugestões e vivências em relação ao contexto educacional.

Os dados quantitativos foram analisados por meio de gráficos, destacando percentuais e frequências das respostas obtidas, enquanto os dados qualitativos foram interpretados por meio da análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016). Essa metodologia permitiu identificar categorias temáticas recorrentes, que serviram de base para a compreensão das principais dificuldades e demandas apresentadas pelos alunos.

Além disso, a triangulação dos dados foi utilizada como estratégia para validar os resultados, cruzando informações obtidas por meio dos diferentes instrumentos de coleta. Essa abordagem possibilitou uma análise mais consistente e fundamentada, promovendo uma visão mais complementar sobre os desafios e as perspectivas da Educação do Campo na Unidade Escolar Santa Anastácia.

3.6 Instrumentos e Coleta de Dados

Para a realização desta proposta pedagógica, foram utilizados questionários como instrumento de coleta de dados. Esses questionários foram aplicados no dia 20 de outubro de 2024, com o objetivo de analisar a percepção e o conhecimento sobre a Educação do Campo, bem como identificar as perspectivas e desafios relacionados ao ensino-aprendizagem de qualidade para os alunos residentes nessas localidades.

Segundo Santos (2020):

Os questionários são instrumentos valiosos para coletar informações diretamente dos sujeitos da pesquisa, permitindo compreender suas percepções, necessidades e expectativas, especialmente em contextos educacionais específicos, como a Educação do Campo. (Santos, 2020, p. 45).

Tendo isso em vista, os questionários são instrumentos valiosos para coletar informações diretamente dos sujeitos da pesquisa, permitindo compreender suas percepções, necessidades e expectativas, especialmente em contextos educacionais específicos, como a Educação do Campo, onde as particularidades locais e culturais desempenham um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

Os questionários foram elaborados com base em revisão bibliográfica e consultas a

especialistas na área da Educação do Campo, a fim de garantir sua validade e relevância. A aplicação dos questionários ocorreu de forma presencial, diretamente com os participantes, visando obter respostas individuais e diretas. Além disso, o instrumento foi estruturado para garantir o respeito aos princípios éticos de pesquisa.

Ao analisar os resultados obtidos por meio dos questionários, foi possível identificar as principais preocupações, necessidades e expectativas dos alunos em relação à educação no campo, orientando assim as discussões e propostas de intervenção que buscam melhorar o ensino nas comunidades rurais, considerando as particularidades culturais e as condições socioeconômicas locais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes.

Os dados coletados através dos questionários também revelaram a importância de uma abordagem pedagógica que valorize o diálogo entre os saberes locais e os conteúdos escolares. Os participantes destacaram a relevância de metodologias que conectem o aprendizado teórico à realidade vivida no campo, fortalecendo o vínculo dos estudantes com sua cultura e comunidade. Isso ressalta a necessidade de um currículo que seja não apenas informativo, mas também formativo, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos.

Além disso, a análise dos questionários indicou que os desafios estruturais ainda são entraves significativos para a consolidação de uma educação de qualidade no campo. Esses dados apontam para a urgência de políticas públicas que não apenas reconheçam, mas também enfrentem essas barreiras, investindo em infraestrutura e capacitação docente, de modo a garantir uma educação contextualizada, inclusiva e capaz de responder às demandas das comunidades rurais.

Os reflexos obtidos revelaram que a interação entre professores, alunos e a comunidade local é um fator chave para o sucesso do ensino no campo. Os participantes enfatizaram a importância de ações pedagógicas que promovam a colaboração entre a escola e o contexto social, estabelecendo um diálogo contínuo entre as práticas educativas e as necessidades reais das famílias rurais.

3.7 Resultados e Discussões

O objetivo principal deste trabalho foi realizar uma análise da Educação do Campo, focando nos desafios e perspectivas que impactam o processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, o estudo buscou identificar a qualidade do ensino no campo e as principais barreiras enfrentadas nesse contexto; compreender de maneira ampla a concepção de Educação do Campo; e destacar o direito ao acesso e à permanência em uma educação de qualidade como um aspecto fundamental para a promoção da justiça social.

Diante dos resultados obtidos, ressalta-se a importância de compreender que não se pode haver uma padronização dos modos de agir, uma vez que as diferentes formas de pensar são moldadas pelas vivências de cada indivíduo. Nesse contexto, as instituições educacionais devem buscar compreender e assimilar esses diferentes contextos e acontecimentos.

Conforme aponta Hage (2011), a Educação do Campo exige atenção às especificidades locais e às dinâmicas sociais e culturais, de modo a integrar os sujeitos e promover equidade no acesso ao conhecimento. A partir dos resultados obtidos, espera-se que sejam desenvolvidas estratégias e ações que promovam a melhoria da qualidade educacional nessas comunidades, valorizando sua cultura, suas particularidades e buscando equidade no acesso à educação.

Esta pesquisa trouxe importantes contribuições para a compreensão dos desafios e perspectivas dessa modalidade de ensino, bem como para a formulação de políticas públicas que garantam o acesso à educação de qualidade para a população rural brasileira, contribuindo para o seu desenvolvimento humano e socioeconômico, através da ampliação do acesso às tecnologias educacionais e do fortalecimento das práticas pedagógicas contextualizadas.

Nesse sentido, conseguiu-se ajudar a identificar as necessidades e desafios enfrentados pelas escolas rurais, além de apontar sugestões para aprimorar a qualidade da educação oferecida nessas regiões. Além disso, uma pesquisa na área pode contribuir para a elaboração de políticas públicas que atendam às demandas da Educação do Campo, bem como auxiliar no desenvolvimento de novas práticas pedagógicas que levem em conta as particularidades do ambiente rural.

Para a coleta de dados, foram utilizados dois questionários: um com 7 perguntas direcionadas aos professores e outro com 9 questões voltadas aos alunos. Os professores entrevistados foram o professor Evangelista Ferreira Lima e a professora Antônia Francisca Ferreira Lima, ambos atuantes no ensino fundamental menor, na Unidade Escolar Santa Anastácia. O professor Evangelista possui formação em Magistério, enquanto a professora Antônia é graduada em Pedagogia. Com mais de 20 anos de experiência na área, ambos puderam contribuir significativamente para a pesquisa desenvolvida.

O estudo buscou adquirir dados e saberes diretamente dos participantes daquele local, entendendo as percepções, dificuldades, experiências e expectativas específicas daquele grupo. Esse método visa coletar dados qualitativos e quantitativos que enriqueçam as conclusões e análises de acordo com o foco do estudo. A primeira pergunta abordou os maiores desafios vivenciados pelos educadores no campo.

O professor Evangelista apontou a infraestrutura da escola como um dos principais

obstáculos, destacando a inadequação da climatização na sala de aula:

"Considero que a infraestrutura da escola não seja a mais adequada. Trago o exemplo da falta de climatização adequada na sala de aula. Nos dias atuais, o calor tem aumentado e os ventiladores infelizmente não dão conta do ambiente muito quente. Outra coisa também são os materiais didáticos que são muito limitados e não são contextualizados à realidade dos alunos."

A professora Antônia enfatizou a inadequação do currículo para os alunos do campo, afirmando que a abordagem urbana do conteúdo dificulta a aprendizagem, pois não considera as especificidades da vida rural:

"É justamente pela escola não ter um currículo adequado à sua clientela. Trabalhamos com crianças do campo como se elas estivessem na cidade, pois o currículo é totalmente diferente da realidade delas. Nós, como professores, precisamos acompanhá-lo, pois já chegam de instâncias maiores, prontos, mas fora da realidade. Para mim, considero isso como uma das maiores dificuldades: trabalhar com um currículo não voltado para a Educação do Campo."

Essas falas reforçam a ideia de que a falta de contextualização curricular é um dos maiores desafios na Educação do Campo. Conforme Hage (2011, p. 112), é essencial que o currículo seja formado a partir das práticas sociais e culturais do meio, promovendo uma aprendizagem contextualizada e significativa para os alunos. A professora Antônia destaca que o currículo chega pronto, sem considerar as especificidades do campo, o que impõe uma dificuldade adicional para os educadores que precisam adaptar o conteúdo às realidades.

A segunda pergunta abordou a influência da infraestrutura escolar no trabalho dos educadores e na aprendizagem dos alunos. O professor destacou a falta de climatização adequada como um fator que afeta diretamente o ambiente de aprendizagem, especialmente durante os dias de calor intenso:

"Afeta um pouco. Em relação aos materiais didáticos e à falta de climatização adequada, não é muito fácil de lidar. Já existiram casos aqui na escola onde alunos e professores passaram mal devido ao calor excessivo dos últimos anos."

A professora também ressaltou a deficiência em termos de infraestrutura, mencionando a ausência de uma área específica para trabalhos práticos, o que compromete a aprendizagem aplicada:

"Um ponto fraco em relação a isso na escola, é ela não ter uma área de trabalhos práticos para mostrar, na realidade, a parte que só se aprende teoricamente."

Essas respostas apontam para a necessidade urgente de melhorias na infraestrutura escolar. Segundo Caldart (2011, p. 55), "a ausência de um ambiente adequado e de recursos pedagógicos prejudica tanto o processo de ensino-aprendizagem quanto o engajamento dos estudantes no contexto escolar". A professora Antônia ressalta que a inexistência de espaços voltados para atividades práticas compromete a aplicação do conhecimento teórico, aspecto essencial para a formação dos estudantes.

As respostas dos professores evidenciam a necessidade de uma reestruturação que contemple tanto a infraestrutura quanto a adequação curricular. A climatização inadequada, a insuficiência de materiais didáticos e a ausência de espaços para práticas pedagógicas refletem um sistema que ainda não está alinhado às realidades do campo, comprometendo o desenvolvimento integral dos alunos.

Em relação à questão dos materiais didáticos, o docente Evangelista Ferreira Lima avaliou a situação como parcialmente satisfatória, atribuindo uma nota de 7 de 10. Ele reconhece que, embora existam materiais disponíveis, ainda há muito o que melhorar, especialmente no que diz respeito à adequação ao contexto rural. Segundo o professor, os materiais precisam ser adaptados à realidade da escola no campo:

Por outro lado, a professora Antônia vai além, destacando que o maior problema não é a quantidade de materiais, mas sim a sua falta de adequação à realidade dos alunos. No contexto rural, onde as condições de vida e as expectativas dos alunos são muito diferentes das áreas urbanas, a não adaptação dos materiais torna-se um obstáculo significativo para o progresso dos estudantes.

Nesse sentido, Gandin (2005, p. 106) argumenta que a educação no campo exige uma adaptação constante dos materiais didáticos, de forma que se conectem com as experiências, necessidades e desafios específicos da vida rural, para que se promova não apenas o ensino, mas também o fortalecimento das identidades culturais locais e o engajamento ativo dos alunos no processo de construção do conhecimento.

A seguir, a pergunta sobre as principais necessidades dos alunos trouxe à tona a questão da multissérie, uma característica comum nas escolas rurais. A pedagoga compartilhou sua experiência com a realidade da multissérie, onde alunos de diferentes idades e níveis de aprendizagem estão na mesma sala de aula. Ela descreve o desafio de atender a uma turma heterogênea, com crianças em diferentes estágios de desenvolvimento, o que exige uma abordagem pedagógica flexível e criativa:

"Dentro da minha realidade como professora, considero que uma das maiores

dificuldades é, principalmente, porque nós trabalhamos com multissérie. Na minha turma, por exemplo, existem crianças que estão no 'BLA' e crianças que já conseguem pegar o livro e encontrar a resposta, analisar um texto. Então, eu acredito que essa diferença também se deve a essa multissérie nas escolas rurais, enquanto que nas zonas urbanas não encontramos esse problema."

A multissérie impõe desafios adicionais ao processo de ensino-aprendizagem, os educadores precisam adaptar o conteúdo e a metodologia para atender os diversos níveis de conhecimento. Isso cria um cenário de desigualdade em relação às escolas urbanas, que geralmente possuem turmas mais homogêneas, facilitando o processo pedagógico. Segundo Souza (2010, p. 83), a multissérie é um desafio constante nas escolas rurais e exige dos professores uma enorme criatividade para lidar com as diferenças de ritmo e aprendizagem.

Por fim, a questão da participação da comunidade no processo educativo foi abordada com respostas que refletem diferentes percepções sobre a importância e o nível de envolvimento da comunidade escolar. O professor reconheceu a importância da participação da comunidade e da família, mas também apontou a dificuldade em engajar as famílias em projetos educativos.

Ele atribuiu uma nota de 7 para a participação da comunidade, ressaltando que, embora a colaboração seja visível em algumas situações, ainda há um recuo quando é necessário o apoio direto da comunidade:

"É perceptível o quanto é importante a participação da comunidade e da família no processo educativo, mas só que entre uma nota de 0 a 10 dou nota 7 para nossa comunidade, pois se é colocado um projeto e for preciso a ajuda da comunidade, existe um recuo destes, pois acredito que os mesmos tenham aquela ideia que o professor resolve tudo em sala de aula, só que não é bem assim. Precisa-se de uma parceria entre professores, pais e comunidade de um modo geral."

A professora Antônia, por sua vez, tem uma visão mais positiva do envolvimento da comunidade. Ela destaca que, na sua experiência, a comunidade tem se mostrado ativa nos projetos desenvolvidos pela escola, como no caso das ações sobre quilombolas, e ela acredita que o envolvimento seja razoável:

"Diante da comunidade em que vivemos, acredito que sim, são bem ativos aos projetos que lançamos aqui na escola, já realizamos ações sobre quilombolas, por exemplo, e eles sempre participam, acredito que o envolvimento deles com a escola seja até razoável."

Essas respostas refletem uma divergência de perspectivas sobre o envolvimento da

comunidade, mas também destacam a necessidade de uma parceria mútua entre a escola e a comunidade para garantir um processo educativo eficaz. Segundo Silva e Teixeira (2012, p. 149), a parceria escola-comunidade é fundamental para a transformação social e educacional, pois permite que as demandas locais sejam atendidas de forma mais eficaz.

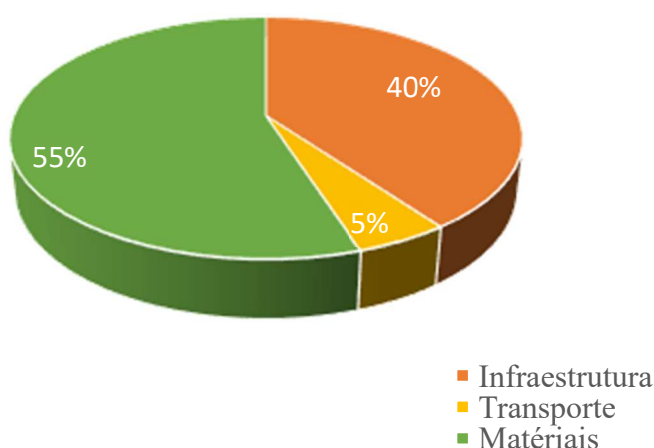
A colaboração entre a escola, a família e a comunidade são fundamentais para enfrentar essas dificuldades e garantir uma educação de qualidade para os estudantes rurais. A análise das respostas dos professores revela uma série de desafios que impactam o cotidiano escolar na zona rural, além de destacar a necessidade de ações concretas para melhorar as condições de ensino.

Dando continuidade à análise, exploramos as percepções dos alunos em relação a fatores que impactam diretamente sua rotina escolar, com o objetivo de compreender como essas questões limitam as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento integral. Um questionário investigativo foi aplicado aos alunos. Os resultados obtidos revelaram que a falta de recursos materiais e a infraestrutura precária são fatores críticos que dificultam o acesso à educação de qualidade, refletindo diretamente no engajamento e desempenho dos estudantes.

A primeira pergunta buscou analisar os desafios enfrentados pelos alunos na rotina escolar:

1 "Quais são os maiores desafios que você encontra na sua rotina escolar?"

Figura 2: Maiores desafios na rotina escolar



(Fonte: respostas dos questionários)

Dados da pesquisa indicam que apenas 5% dos alunos alegam ter dificuldade de chegar até a escola pelo fato de não haver transporte adequado. Por outro lado, 55% dos alunos apontam a falta de materiais didáticos como um desafio central, evidenciando a carência de

recursos que impactam diretamente o aprendizado. Além disso, 40% destacam problemas estruturais como a principal dificuldade enfrentada, incluindo questões como infraestrutura precária, falta de acessibilidade e condições inadequadas das salas de aula.

Esse cenário é refletido na literatura acadêmica, que aponta que escolas rurais muitas vezes carecem de ambientes adequados, com salas de aula mal iluminadas, mal ventiladas e sem recursos essenciais, o que prejudica o desenvolvimento dos alunos, comprometendo sua capacidade de concentração, aprendizado e desempenho acadêmico como um todo (Silva et al., 2021; Nogueira, 2019).

A pergunta a seguir buscou investigar a percepção dos alunos sobre a relação entre a infraestrutura escolar e o aprendizado:

2. "A infraestrutura da escola afeta sua aprendizagem e participação nas atividades?"

100% dos alunos responderam que sim.

A unanimidade dos alunos ao afirmar que a infraestrutura escolar afeta sua aprendizagem reforça a evidência de que um ambiente escolar desconfortável está diretamente ligado ao desempenho acadêmico inferior. De acordo com a pesquisa de Souza (2018), condições físicas inadequadas em escolas rurais resultam em aumento do cansaço e distração entre os alunos, prejudicando o engajamento e a participação nas atividades pedagógicas.

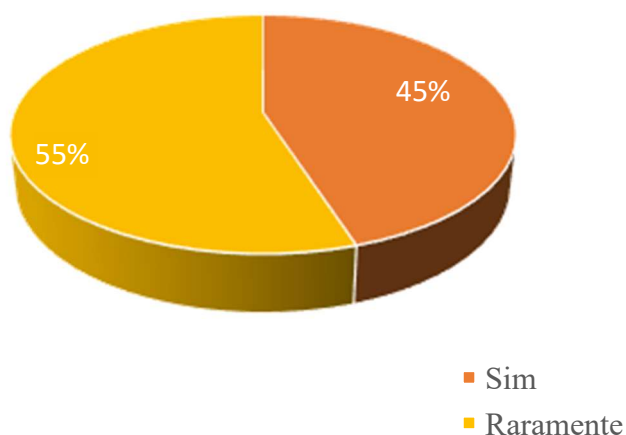
Esse cenário é refletido em produções científicas, que apontam que, com frequência, as escolas rurais carecem de ambientes adequados, com salas de aula mal iluminadas, mal ventiladas e sem recursos essenciais, o que prejudica o desenvolvimento dos alunos, comprometendo sua capacidade de concentração, aprendizado e desempenho acadêmico (Silva et al., 2021; Nogueira, 2019). Essas condições contribuem para a evasão escolar, visto que os estudantes acabam desmotivados diante das dificuldades e a falta de suporte.

Dando continuidade à análise das respostas dos alunos, foram abordados aspectos relacionados ao acesso a materiais didáticos, transporte escolar, dificuldades nas disciplinas e estratégias para lidar com responsabilidades escolares fora da sala de aula. Os dados apresentados revelam fatores que influenciam diretamente o processo de ensino-aprendizagem e destacam as principais demandas dos estudantes.

A pergunta subsequente buscou investigar o acesso a materiais e recursos:

3 "Você tem acesso suficiente a materiais e recursos didáticos?"

Figura 3: Acesso a materiais e recursos didáticos



(Fonte: respostas dos questionários)

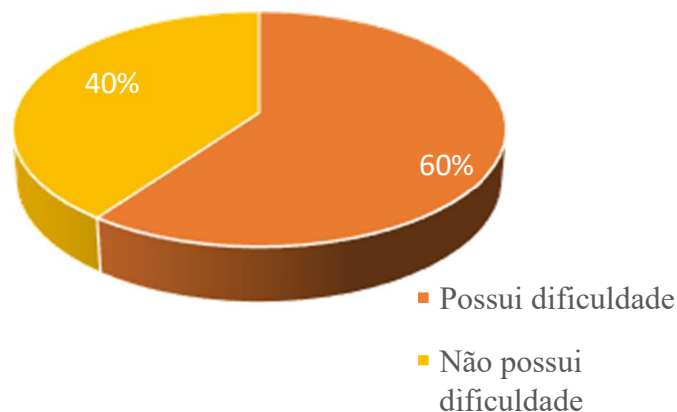
Os dados revelam que 55% dos respondentes responderam “não” e 45% “raramente”, enquanto nenhuma resposta positiva foi obtida para “sim”. Esses dados refletem uma realidade mais ampla enfrentada pelas escolas do campo, marcada pela escassez de recursos como computadores e jogos educativos. Essa carência compromete a inovação pedagógica e o engajamento dos alunos, dificultando o uso de abordagens interativas e a integração de novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.

Em comunidades ribeirinhas e escolas rurais, essa situação é ainda mais evidente. Segundo Belusso e Pontarolo (2017), a falta de acesso à internet e de recursos tecnológicos nas escolas do campo impacta diretamente a inclusão digital dos alunos, dificultando sua participação em um mundo cada vez mais digitalizado. Isso contraria políticas públicas que visam garantir acesso equitativo à educação e às tecnologias digitais, como o Decreto nº 7.352/2010, que prevê a ampliação de recursos tecnológicos nessas escolas (SciELO, 2024).

A pergunta seguinte procurou averiguar questões sobre o transporte e distância da escola:

4 “Como você se sente em relação ao transporte escolar e à distância da escola?”

Figura 4: Transporte escolar e distância da escola



(Fonte: respostas dos questionários)

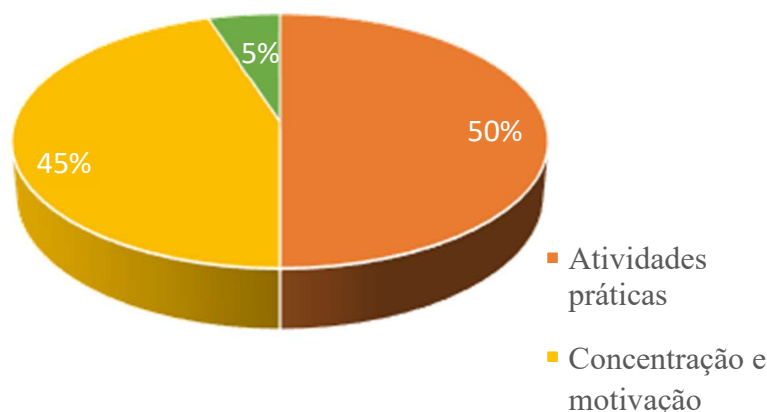
Os dados mostram 40% não possui dificuldade, enquanto a maioria dos alunos (60%) enfrenta desafios relacionados ao transporte escolar, como a ausência de veículos adequados ou condições precárias no trajeto. Essas dificuldades resultam em atrasos e faltas, impactando a continuidade do aprendizado. Estudos confirmam que o transporte inadequado é um dos principais fatores que comprometem o acesso à educação, especialmente em áreas rurais.

Segundo Santos et al. (2018), "a distância entre casa e escola, aliada a um transporte deficitário, compromete a frequência escolar e a qualidade do aprendizado dos estudantes do campo". Essa realidade é agravada pelo tempo excessivo que os alunos passam no trajeto, muitas vezes em condições desconfortáveis e inadequadas, o que contribui significativamente para o cansaço e o estresse diário.

Essa situação destaca a necessidade de políticas públicas que garantam um transporte eficiente e seguro para os estudantes. Conforme determina o Decreto nº 7.352 (Brasil, 2010), que regulamenta a política de Educação do Campo, é imprescindível "assegurar transporte escolar adequado e acessível, promovendo condições de igualdade para o acesso e permanência na escola". A pergunta a seguir abordou as dificuldades enfrentadas pelos alunos em relação às disciplinas e atividades:

5 “Quais são suas principais dificuldades nas disciplinas ou atividades escolares?”

Figura 5: Principais dificuldades nas disciplinas ou atividades



(Fonte: respostas dos questionários)

Entre os principais desafios, 50% dos alunos apontaram dificuldades em atividades práticas, 45% em concentração e motivação, e 5% em trabalho em grupo e desenvolvimento de habilidades. As dificuldades relacionadas às atividades práticas, mencionadas por metade dos alunos, evidenciam a necessidade de implementar metodologias ativas que favoreçam o aprendizado por meio de experiências concretas e engajadoras.

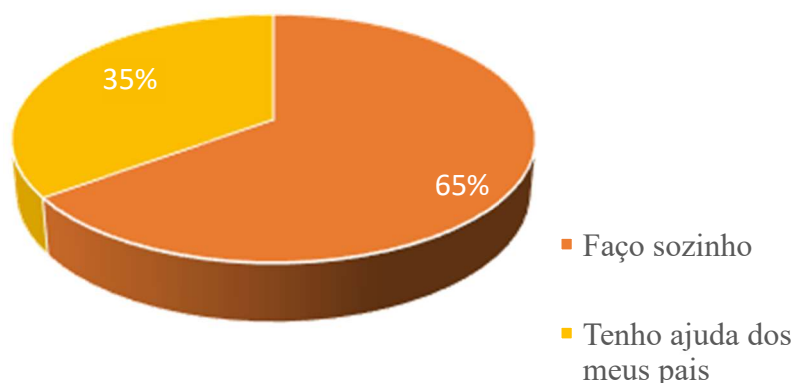
Segundo Fernandes e Bastos (2021), a aplicação de metodologias práticas, como oficinas e experimentos, é crucial para conectar a teoria à prática, especialmente em contextos de Educação do Campo. Por outro lado, a concentração e motivação, apontadas por 45% dos estudantes, refletem a necessidade de práticas pedagógicas mais engajantes e adaptadas às realidades dos alunos.

Oliveira e Gomes (2020) sugerem que o uso de estratégias interativas e contextualizadas pode aumentar significativamente o interesse dos estudantes, reduzindo a evasão e melhorando o desempenho acadêmico. Esses resultados evidenciam que, apesar de o trabalho em grupo não ser um problema expressivo neste contexto específico, a necessidade de metodologias ativas e práticas que estimulem a concentração e a motivação é crucial para superar os desafios enfrentados pela maioria dos estudantes.

A questão subsequente buscou explorar como os estudantes lidam com as tarefas escolares:

6 “Como você e seus colegas lidam com as tarefas e responsabilidades escolares fora da sala de aula?”

Figura 6: Tarefas e responsabilidades escolares fora da sala de aula



(Fonte: respostas dos questionários)

Os dados revelam que a maioria dos alunos (65%) lida com as tarefas escolares de forma autônoma, enquanto 35% contam com o suporte dos pais. Essa constatação está alinhada com Carvalho (2004), que afirma que lições de casa são uma tentativa de aproximar o currículo escolar do cotidiano do aluno e muitas vezes dependem do envolvimento parental.

A pergunta incluía a opção “frequenta reforço escolar”, mas nenhuma resposta positiva foi registrada. Isso evidencia a ausência de participação em programas de reforço escolar, apontando para a carência de iniciativas complementares que possam auxiliar na superação das dificuldades acadêmicas.

A ausência de reforço escolar é destacada por Narciso et al. (2021) que diz que esses programas são importantes para superar dificuldades, especialmente em disciplinas como matemática. Ele deve ser integrado às políticas educacionais para garantir apoio adicional aos estudantes que enfrentam barreiras de aprendizado. As evidências mostram a necessidade de políticas públicas que promovam reforços escolares, além de estratégias que fortaleçam o envolvimento familiar, criando um ambiente mais propício para o aprendizado.

Indagamos também os alunos através de uma roda de conversa com perguntas discursivas:

7 “Há algo que você gostaria de mudar ou melhorar na escola para facilitar seu aprendizado?”

Os alunos comentaram que gostariam que a escola tivesse salas de aula mais ventiladas, justificando que às vezes o calor é muito forte e fica difícil concentrar-se nas aulas. Os alunos também comentaram que queriam que tivesse material como quadros grandes e melhores, ou até “vídeos”. Segundo eles, isto auxiliaria a entender melhor as matérias; falaram

ainda das tecnologias que poderiam ser implantadas, como computadores que poderiam ajudá-los a pesquisarem os conteúdos, aprendendo de um jeito diferente, a exemplo das escolas da cidade. Além disso, relataram que gostariam de mais atividades ao ar livre, aproveitando o espaço da zona rural para aprender de forma mais dinâmica e conectada com a natureza.

Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua quinta competência geral, os estudantes devem ser capazes de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa e ética (Brasil, 2017). A competência reforça a necessidade de integrar as tecnologias ao processo de ensino-aprendizagem de forma pedagógica, permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades que contribuam para formar cidadãos mais preparados para enfrentar as demandas de uma sociedade cada vez mais conectada. Assim, é possível garantir que todos os estudantes tenham oportunidades equitativas de acesso ao conhecimento, promovendo inclusão digital e social.

A seguinte pergunta subjetiva foi:

8 “Como a escola envolve sua família e a comunidade no processo educativo?”

Os estudantes replicaram que isso acontece de várias maneiras. Deram o exemplo das reuniões na escola, onde os pais podem conversar com os professores e saber como anda o desempenho deles nas aulas. Segundo eles, outra maneira é a festa de final de ano, onde todos participam, os pais ajudam com as apresentações e a comunidade vai para ver; ou quando a escola organiza atividades, como plantio de árvores ou eventos no campo, os pais e até os vizinhos ajudam, levando materiais ou participando junto com os estudantes.

A última pergunta foi feita instigando os estudantes a deixarem um recado aos responsáveis pela escola. Também expressaram o desejo de ter um ambiente escolar mais confortável, com melhorias que tornem o dia a dia mais agradável e produtivo para todos:

9 “O que você gostaria que os professores e os responsáveis pela escola soubessem sobre suas dificuldades e necessidades?”

A resposta obtida por parte dos alunos foi a de que às vezes é difícil aprender quando eles não têm todos os materiais necessários. Os estudantes também argumentaram que seria bom se as aulas fossem com mais atividades práticas, porque assim, eles aprenderiam melhor colocando a mão na massa ao invés de só escutar. Essa percepção está alinhada a metodologias de ensino ativo, que promovem o protagonismo dos alunos no processo de aprendizagem. Além disso, essas metodologias valorizam a experiência e a participação ativa dos estudantes. Dessa forma, o aprendizado se torna mais significativo, despertando interesse e motivação.

As respostas dos alunos revelam necessidades e sugestões importantes para melhorar o ambiente escolar e o processo de aprendizado, sugerindo a importância de investir em infraestrutura que atenda às necessidades climáticas e pedagógicas do local. Existe um desejo também por mais materiais, especialmente tecnológicos, para ampliar as formas de aprendizado. Os alunos entendem que o uso de recursos multimídia e de tecnologias facilita o entendimento das matérias e torna o ensino mais dinâmico e atrativo. Essa demanda reforça a importância de uma educação conectada com as realidades do século XXI. O acesso a tecnologias deve ser pensado como ferramenta de inclusão e equidade educacional.

Conforme o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2022), é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à educação. Isso inclui a responsabilidade compartilhada pela oferta de condições materiais adequadas, como infraestrutura e recursos pedagógicos que favoreçam o aprendizado. Os estudantes valorizam o aprendizado ativo e gostariam de ter mais atividades práticas, onde podem aprender de forma participativa. Essas práticas favorecem a autonomia dos alunos e estimulam o pensamento crítico. Além disso, promovem maior engajamento e conexão entre os conteúdos escolares e a realidade vivida por eles.

Isso reforça a importância de métodos pedagógicos baseados na interação, que podem aumentar o interesse e o armazenamento dos conteúdos. Em suma, podemos concluir que, para promover um ambiente mais favorável ao aprendizado, a escola pode considerar investimentos em infraestrutura, na diversificação dos métodos de ensino, no uso de recursos tecnológicos, e no fortalecimento do envolvimento da comunidade. A adoção de práticas pedagógicas inovadoras deve respeitar o contexto sociocultural dos alunos. Dessa forma, o processo educativo se torna mais significativo, inclusivo e transformador.

É importante que esses investimentos sejam acompanhados por uma gestão escolar participativa, que considere as opiniões e necessidades de professores, alunos e famílias no processo de tomada de decisões. A criação de espaços de diálogo entre a escola e a comunidade permite a construção de estratégias mais alinhadas à realidade local, fortalecendo os vínculos entre o ambiente escolar e o cotidiano dos estudantes. Esse diálogo contribui para a construção coletiva de soluções e para o sentimento de pertencimento. Assim, todos os envolvidos passam a ser corresponsáveis pelo sucesso do processo educativo.

4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: ESTRATÉGIAS INTEGRADAS PARA A MELHORIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A presente proposta de intervenção visa abordar os desafios identificados no processo de ensino-aprendizagem na escola onde foi realizada a pesquisa. O estudo buscou avaliar a qualidade do ensino no campo e as principais dificuldades enfrentadas nessa realidade; entender de forma ampla a concepção da Educação do Campo; e ressaltar o direito ao acesso e à permanência em uma educação de qualidade.

Diante disso, para o desenvolvimento da proposta, foram estruturadas ações baseadas em três pilares fundamentais: infraestrutura, adaptação de materiais didáticos e metodologias pedagógicas interativas. Tais ações têm como objetivo implementar soluções sustentáveis, participativas e alinhadas às especificidades das comunidades rurais. Essas iniciativas visam promover a inclusão digital, o fortalecimento da autonomia dos alunos e a criação de um ambiente educacional mais inclusivo e dinâmico.

4.1 Melhorias na Infraestrutura Escolar

Ao se referir à importância da construção de currículos que respeitem as diversidades dos alunos, a BNCC reforça que é necessário adotar um "planejamento com foco na equidade", ou seja, reconhecer as diferentes necessidades dos estudantes para garantir a superação das desigualdades educacionais existentes no país (Brasil, 2017). Esse compromisso visa proporcionar oportunidades de aprendizagem mais justas, considerando as especificidades de cada grupo.

Sugere-se criar um ambiente escolar confortável e funcional, capaz de favorecer o aprendizado, considerando as necessidades específicas da zona rural. Para isso, é essencial e imprescindível buscar recursos públicos por meio de projetos e parcerias que viabilizem e promovam a climatização das salas de aula e a ampliação de espaços escolares, como bibliotecas e áreas para atividades práticas.

A implantação de laboratórios, móveis ou fixos, equipados com recursos tecnológicos, incluindo computadores e acesso à internet, deve ser adaptada à realidade local, ampliando as oportunidades de aprendizagem. Além disso, é fundamental investir na construção de espaços adequados para atividades ao ar livre, como hortas escolares e áreas de convivência, fortalecendo a conexão dos estudantes com o meio ambiente rural e promovendo práticas educativas contextualizadas.

4.2 Adaptação de Materiais Didáticos Contextualizados

A elaboração de materiais pedagógicos para comunidades rurais requer uma abordagem que considere a diversidade cultural e as especificidades locais. Nesse sentido, a LDB reforça essa necessidade ao determinar que "os conteúdos programáticos devem considerar os diferentes aspectos da realidade local, regional e nacional, respeitando a diversidade cultural e buscando a integração dos estudantes no contexto social" (Art. 26, LDB/1996).

Essa orientação jurídica embasa a proposta de desenvolvimento de conteúdos educacionais que valorizem o contexto sociocultural das comunidades rurais, promovendo uma aprendizagem significativa e adaptada ao cenário. A ideia é disponibilizar materiais pedagógicos que reflitam a realidade sociocultural das comunidades rurais. Para isso, propõe-se o desenvolvimento de materiais didáticos contextualizados, abordando temas como práticas agrícolas sustentáveis, biodiversidade local e histórias comunitárias.

Exemplos de materiais pedagógicos nesse sentido incluem livros didáticos com temas locais, que explorem práticas agrícolas tradicionais, histórias locais e a importância da preservação ambiental, abordando a realidade e o cotidiano das comunidades rurais. Além disso, propõe-se a criação de álbuns de histórias comunitárias, que colem narrativas orais de membros da comunidade, preservando a cultura local, mitos e tradições, com ilustrações que ajudem a contextualizar essas histórias no ambiente rural.

Além disso, é necessário capacitar os professores para criar conteúdo personalizado, utilizando recursos da própria comunidade, como histórias orais, materiais recicláveis e elementos culturais locais. Também se busca estabelecer parcerias com editoras e instituições de ensino superior para produzir livros, jogos e conteúdos digitais que atendam às necessidades da Educação do Campo.

4.3 Metodologias Pedagógicas Interativas

Para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e significativo, é essencial adotar estratégias que aproximem os conteúdos escolares da realidade vivenciada pelos estudantes. A implementação de projetos interdisciplinares, como feiras de ciências e ações comunitárias, permite a aplicação prática do conhecimento e o envolvimento dos alunos em atividades contextualizadas.

Por exemplo, no ensino por projetos, os alunos podem trabalhar de forma colaborativa para desenvolver soluções para problemas reais da comunidade, como a criação de um projeto de jardinagem escolar ou o reaproveitamento de resíduos. As práticas experimentais, como cultivar uma horta escolar ou realizar experimentos de física sobre energias renováveis, permitem que os alunos apliquem o conhecimento adquirido de forma prática e real; a

gamificação, por meio de jogos educativos que abordam tópicos como história local ou práticas agrícolas sustentáveis, torna o aprendizado mais envolvente e acessível.

O incentivo ao uso de metodologias ativas, como o ensino por projetos, a aprendizagem baseada em problemas (ABP) e as práticas experimentais, promove o protagonismo estudantil e o desenvolvimento de competências integradas. Neste sentido, a formação continuada dos professores desempenha papel crucial, capacitando-os a aplicar técnicas inovadoras e interativas, alinhadas às necessidades específicas do ensino em áreas rurais.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é responsabilidade dos docentes zelar pela aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias que considerem as particularidades do meio em que vivem e promovendo a aplicação prática do conhecimento no cotidiano (Brasil, 1996). Essa abordagem corrobora a necessidade de práticas pedagógicas que conectem os conteúdos curriculares à vivência dos estudantes, fortalecendo sua integração ao contexto social.

Por fim, a valorização das experiências, bagagem cultural e saberes locais dos estudantes enriquece o processo educativo, tornando-o mais relevante e significativo. Integrar essas vivências às atividades escolares não apenas amplia o interesse dos alunos, mas também fortalece sua identidade cultural, promovendo uma educação que respeita e celebra a diversidade presente no campo.

4.4 Parceria Escola-Comunidade

O vínculo entre escola, famílias e a comunidade é essencial para a construção de um ambiente educacional significativo e transformador. Nesse sentido, é fundamental que as instituições de ensino promovam ações que valorizem a cultura local e integrem os diferentes atores sociais, como festivais culturais e rodas de conversa. A criação de comitês escolares, com a participação ativa de pais, alunos e líderes comunitários, possibilita um planejamento colaborativo e o monitoramento contínuo das melhorias na escola.

A participação dos pais nas atividades escolares também é indispensável, promovendo a corresponsabilidade no processo educativo. Conforme Paulo Freire, "A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa" (Freire, 1987, p. 79). Essa perspectiva reforça a importância do diálogo entre escola e comunidade, base para um processo educativo inclusivo e democrático.

O fortalecimento do vínculo entre escola, famílias e a comunidade local não apenas

potencializa o aprendizado dos alunos, mas também contribui para a construção de uma educação que reflita os valores, saberes e aspirações da comunidade. Quando as famílias se sentem parte do processo educativo, a escola deixa de ser percebida como uma instituição isolada e passa a ser vista como um espaço coletivo de transformação social.

4.5 Avaliação e Monitoramento

Avaliação e monitoramento são processos essenciais para garantir que as ações educacionais sejam eficazes e ajustadas às necessidades das comunidades rurais. A utilização de instrumentos de avaliação, como questionários e grupos focais, possibilita a coleta de dados de alunos, professores e membros da comunidade, contribuindo para a análise contínua e para o ajuste das práticas pedagógicas. Esses instrumentos permitem uma escuta mais atenta e sensível às realidades locais, favorecendo a construção de uma educação mais contextualizada e participativa.

O monitoramento contínuo das práticas pedagógicas também deve envolver a participação ativa de todos os atores da comunidade escolar, incluindo pais, líderes comunitários e organizações locais. Essa colaboração permite que as ações educacionais sejam mais alinhadas às demandas reais da comunidade. Assim, todos se tornam protagonistas na construção de uma educação de qualidade que promova o desenvolvimento integral dos alunos e o fortalecimento das comunidades rurais.

Além disso, o monitoramento das condições de infraestrutura escolar e da utilização dos materiais didáticos assegura que o ambiente de ensino seja funcional e adequado. A revisão periódica das estratégias pedagógicas, baseada nos resultados obtidos e no feedback dos participantes, torna possível ajustar as práticas para garantir a eficácia do processo. Conforme salienta Luckesi (2011):

A avaliação, quando efetivamente voltada para o processo de ensino-aprendizagem, implica não em uma busca de culpados ou erros, mas em uma análise constante e em tempo real de como os alunos estão se apropriando dos conteúdos, do próprio saber e da realidade ao seu redor. Ela deve ser um processo contínuo, integrado à prática pedagógica, com feedback constante e com o compromisso de promover um aprendizado significativo que respeite o ritmo e as particularidades de cada aluno. (Luckesi, 2011, p. 82)

Portanto, é fundamental que a avaliação seja compreendida como um processo contínuo e reflexivo, permitindo o aprimoramento constante da prática pedagógica e o atendimento das necessidades dos alunos no contexto rural. Essas ações, alinhadas à avaliação e ao monitoramento, buscam transformar o ambiente escolar em um espaço acolhedor e estimulante, promovendo um aprendizado significativo.

De acordo com Jussara Hoffman (2016), a avaliação deve ser entendida como um processo que vai além da simples verificação de resultados. Ela precisa ser “um instrumento que possibilite a escuta ativa dos alunos, respeitando sua história, sua cultura e sua maneira de aprender” (Hoffman, 2016, p. 45). Essa abordagem reflete a necessidade de considerar o contexto sociocultural dos estudantes, promovendo uma avaliação mais inclusiva e significativa.

A avaliação contínua também contribui para a identificação de necessidades específicas da comunidade, como a implementação de novas estratégias pedagógicas que estejam em sintonia com as características locais. Ao integrar diferentes perspectivas, como a cultural, social e econômica, as práticas educacionais se tornam mais adaptadas às particularidades do campo, proporcionando um ensino mais inclusivo e contextualizado. Além disso, fortalece o vínculo entre escola e comunidade, promovendo o reconhecimento e a valorização dos saberes tradicionais e das vivências dos estudantes.

Nesse sentido, a avaliação deixa de ser um instrumento meramente classificatório e passa a assumir um papel transformador, permitindo que o processo educativo seja constantemente ajustado para atender às demandas específicas da realidade local. Assim, a escola do campo se consolida como um espaço de pertencimento e diálogo, onde o aprendizado se conecta diretamente à vida e aos saberes da comunidade. Desse modo, a avaliação passa a valorizar o protagonismo dos alunos e a promover práticas pedagógicas mais coerentes com seu contexto de vida.

No contexto da Educação do Campo, é crucial que os processos avaliativos considerem as vivências e experiências dos alunos, permitindo que suas práticas e saberes sejam reconhecidos e integrados ao currículo escolar. Isso não apenas fortalece a identidade dos estudantes, mas também contribui para a construção de um ambiente educativo que respeita e valoriza a diversidade. É fundamental que essas práticas avaliativas sejam contínuas e diversificadas, indo além da aplicação de provas tradicionais.

Métodos como projetos interdisciplinares, portfólios e rodas de conversa possibilitam uma avaliação mais ampla, que contempla não apenas o desempenho acadêmico, mas também o desenvolvimento social, cultural e emocional dos alunos. Dessa forma, a avaliação se torna um processo formativo, que não só identifica dificuldades, mas também potencializa habilidades e promove uma aprendizagem significativa, conectada às realidades e desafios das comunidades do campo.

5 CONCLUSÃO

A Educação do Campo enfrenta diversos desafios que impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem, como a precariedade da infraestrutura escolar, a falta de materiais didáticos contextualizados, a formação insuficiente dos professores e a distância geográfica das comunidades rurais. Este estudo, realizado na Unidade Escolar Santa Anastácia, localizada na zona rural de São Luís Gonzaga/Maranhão, atentou para a análise da Educação do Campo, abordando os desafios e perspectivas do ensino-aprendizagem no 5º ano do Ensino Fundamental.

Por meio de uma abordagem quantiquantitativa, complementada por uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo, buscou-se identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas escolas rurais e compreender como se desenvolve o processo educacional nesses contextos. O estudo evidenciou que, por meio de uma abordagem educativa que respeite as especificidades culturais, econômicas e sociais dessas localidades, é possível superar tais barreiras.

A análise realizada apontou que a qualidade do ensino no campo está intrinsecamente ligada à valorização da cultura local, à adaptação do currículo e à implementação de metodologias pedagógicas interativas, que tornam o aprendizado mais significativo e conectado à realidade dos estudantes. Além disso, o fortalecimento do vínculo entre escola, famílias e comunidade local é essencial para criar um ambiente educacional colaborativo e transformador.

As contribuições deste trabalho reforçaram a necessidade de políticas públicas que reconheçam a Educação do Campo como um direito fundamental, promovam inovações sustentáveis e estratégias que considerem as particularidades das comunidades rurais. O desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas às especificidades locais, assim como o investimento em infraestrutura adequada e formação continuada dos professores, são fundamentais.

Portanto, este estudo não apenas apontou os desafios enfrentados pela Educação do Campo, mas também sugeriu caminhos para a superação desses obstáculos, evidenciando que, ao valorizar as particularidades dessas comunidades, é possível construir um ensino mais equitativo, inclusivo e sustentável, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes do campo.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, p. 61, 2011.
- BELUSSO, A. M.; PONTAROLO, F. **A Educação do Campo e os desafios para a inclusão digital nas escolas rurais**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 69, p. 529-546, 2017.
- BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de desenvolvimento educacional do campo**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 nov. 2010.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 9 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Edição atualizada de 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 03 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 205. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2024.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL.
- CALDART, Rosele Saleti. **A Escola do Campo em Movimento**, 2003
- CALDART, R. S. **Educação do campo: Identidades e políticas públicas**. In: CALDART, R. S.; FRIGOTTO, G.; SILVA, J. R. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. p. 52-57.
- CALDART, R. S. **Educação do Campo: notas para uma análise de percurso**. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. de (Orgs.). *Por uma educação do campo: desafios e perspectivas*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, p. 40, 2000.
- CANDAU, Vera Maria. **Educação Escolar: entre o "sequestro" e a "reinvenção"?** p. 5, 2020.
- CANDAU, Vera Maria. **Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas**. PUC-Rio, 2011.
- CARVALHO, M. E. P. de. **Educar na família e na escola: Alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2004.
- DAYRELL, Juarez Tarcisio. **A Escola como Espaço Sócio-cultural**, 1996.
- FERNANDES, J.; BASTOS, R. **Metodologias ativas na Educação do Campo: uma abordagem prática**. *Revista Educação Rural*, v. 12, n. 3, p. 123, 2021.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 79.
- FREITAS, E.; CASSIANI, J. **Cultura no Contexto Escolar**, p. 43, 2020.
- FORQUIN, L. C. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 1993.
- GANDIN, Luiz Carlos. **Educação do Campo: Contribuições para uma pedagogia do lugar**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 106.
- GARCIA, Walter E. (Coord.). **Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. p. 20.
- GATTI, B. A. **Estudos quantitativos em educação**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, SP, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan. 2004.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991. p. 17.
- GIMONET, J. C. **A alternância na formação**. Paris: AIMFR, 2007. p. 1. Disponível em: <https://saopauloopencentre.com.br/wp-content/uploads/2019/05/candau.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2024.
- HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Educação do campo e pesquisa participante: novos territórios educativos e epistemológicos**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo Ricardo (Orgs.). *Educação do campo: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 111-128.
- HOFFMAN, Jussara. **Avaliar para Promover: As Setas do Caminho**. 1. ed. São Paulo: Mediação, 2001, p. 45.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: um enfoque construtivista**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 82.
- NARCISO, A. L. do C.; DE SÁ, A. L.; FUMIÃ, H. F.; OLIVEIRA, L. da S. **O reforço escolar como um espaço para superação de dificuldades em matemática**. *Tangram - Revista de Educação Matemática*, v. 4, n. 4, p. 182–193, 2021. DOI: 10.30612/tangram.v4i4.11077.
- NOGUEIRA, F. L. **A infraestrutura das escolas rurais e seus impactos no aprendizado**. *Revista de Educação Rural*, v. 10, n. 1, p. 91, 2019.
- OLIVEIRA, M.; GOMES, A. **Motivação e estratégias pedagógicas no ensino rural: um estudo de caso**. *Revista de Psicologia e Educação*, v. 8, n. 2, p. 89-102, 2020.
- RÉGIS, Katia. **Relações etnicorraciais e currículos escolares: análise das teses e dissertações em educação**. São Luís: EDUFMA, 2012. p. 17.
- SANTOS, R. G.; FERREIRA, A. L.; SILVA, M. J. **Transporte escolar no Brasil: desafios e perspectivas**. *Revista Educação e Sociedade Rural*, v. 32, n. 2, p. 45, 2018.
- SciELO. **A educação do campo e a inclusão digital: desafios e políticas públicas**. 2024. Recuperado de: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 14 dez. 2024.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 141.

SILVA, Ana Lúcia Teixeira; TEIXEIRA, José M. **A educação no campo e o papel da escola rural: desafios e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2012. p. 149.

SOUZA, Marcos Ferreira de. **Multissérie e a prática pedagógica: desafios na educação rural.** São Paulo: Papirus, 2010. p. 83.

SOUZA, T. A. **O impacto das condições físicas nas escolas rurais e a participação dos alunos nas atividades escolares.** *Educação no Campo: Práticas e Reflexões*, v. 15, p. 44, 2018.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS DA UNIDADE ESCOLAR SANTA ANASTÁCIA

- 1 "Quais são os maiores desafios que você encontra na sua rotina escolar?"
- 2 "A infraestrutura da escola afeta sua aprendizagem e participação nas atividades?"
- 3 "Você tem acesso suficiente a materiais e recursos didáticos?"
- 4 "Como você se sente em relação ao transporte escolar e à distância da escola?"
- 5 "Quais são suas principais dificuldades nas disciplinas ou atividades escolares?"
- 6 "Como você e seus colegas lidam com as tarefas e responsabilidades escolares fora da sala de aula?"
- 7 "Há algo que você gostaria de mudar ou melhorar na escola para facilitar seu aprendizado?"
- 8 "Como a escola envolve sua família e a comunidade no processo educativo?"
- 9 "O que você gostaria que os professores e os responsáveis pela escola soubessem sobre suas dificuldades e necessidades?"

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DA UNIDADE ESCOLAR SANTA ANASTÁCIA

1. Qual a sua formação?

() Pedagogia Licenciatura () Magistério () Letras () Outra

2. Quanto tempo atua nessa área?

() 1 a 3 anos () 4 a 7 anos () 8 a 10 anos () mais de 10 anos

3. Quais são os maiores desafios que você enfrenta no seu dia a dia como educador no campo?

4. Como a infraestrutura da escola influencia o seu trabalho e a aprendizagem dos alunos?

5. Você sente que os recursos e materiais didáticos disponíveis são adequados para suas necessidades?

6. Quais são as principais necessidades dos alunos que você atende, e como elas diferem das de alunos em áreas urbanas?

7. Como a comunidade local se envolve com a escola e o processo educativo?

ANEXO



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

CAMPUS – BACABAL
CURSO DE PEDAGOGIA-LICENCIATURA
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

Eu, Evangelista Ferraro Lima, nacionalidade Brasileira, estado civil Casado, portador da cédula de identidade RG nº. 15099762000-2, inscrito no CPF/MF sob nº 96321636304, residente à Av./Rua Coleb do Gavião, nº. 5/n, município de São Luís Gonzaga/Maranhão. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na **Proposta de Intersversão**, intitulada **"A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Desafios e Perspectivas no Processo de Ensino-Aprendizagem no 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Santa Anastácia"** e também nas peças de comunicação que será veiculada ao Departamento de Educação. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, assino a presente autorização.

São Luís Gonz. dia 30 de outubro de 2024.

Evangelista Ferraro Lima
(Assinatura)

Nome: (99) 91056619
Telefone p/ contato:



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

CAMPUS – BACABAL
CURSO DE PEDAGOGIA-LICENCIATURA
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

Eu, Antônia Francisca Ferreira Lima, nacionalidade brasileira estado civil Casada, portador da cédula de identidade RG nº 00023165091-9 inscrito no CPF/MF sob nº 709993843-68, residente à Av./Rua Comunidade Cohab nº 512 município de São Luís Gonzaga/Maranhão. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na **Proposta de Intersversão**, intitulada **"A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Desafios e Perspectivas no Processo de Ensino-Aprendizagem no 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Santa Anastácia"** e também nas peças de comunicação que será veiculada ao Departamento de Educação. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, assino a presente autorização.

12 dia 12 de Dezembro de 2024.

Antônia Francisca Ferreira Lima

(Assinatura)

Nome: ANTÔNIA FRANCISCA FERREIRA LIMA
Telefone p/ contato:
99 982385853



AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, **Maria Divina Mendes da Silva**, na qualidade de diretora da **Escola Municipal Santa Anastácia**, situada no **Povoado Coheb** na cidade de **São Luís Gonzaga-MA**, autorizo o uso das imagens produzidas nas dependências da instituição, para fins de ilustração de projeto acadêmico, pesquisa para TCC, etc., conforme descrito no projeto de **"A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Desafios e Perspectivas no Processo de Ensino-Aprendizagem no 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Santa Anastácia em São Luís Gonzaga-MA"** de **Daniele Lira Leite** e **Kaline de Jesus de Sousa Bezerra**, alunos(as) do curso de **Pedagogia - Licenciatura** da Universidade Estadual do Maranhão, campus Bacabal. Declaro que o uso das imagens será restrito ao contexto acadêmico e não será realizado para fins comerciais ou outros usos não autorizados. Autorizo também que as imagens possam ser publicadas em materiais impressos, apresentações, documentos ou outras formas de mídia digital, desde que exclusivamente para os fins mencionados acima.

Esta autorização é concedida por tempo indeterminado e de forma gratuita, sem a necessidade de qualquer pagamento ou compensação por parte do solicitante.

Bacabal, 12 de dezembro de 2024

Maria Divina Mendes da Silva

Assinatura do responsável pela escola

Daniele Lira Leite

Daniele Lira Leite

Kaline de Jesus de Sousa Bezerra

Kaline de Jesus de Sousa Bezerra



REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO
<http://repositorio.uema.br/>

1 DADOS DO AUTOR

Nome: Kaline de Jesus de Sousa Bezerra **CPF:** 62853003302 **Telefone:** (99) 91135768
Curso: Pedagogia Licenciatura
Departamento: Educação **E-mail:** kalinejsbsousa@gmail.com
Link do currículo Lattes do aluno:

2 IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

Tipo de documento:

☒ Monografia de graduação () Monografia de especialização () Dissertação () Tese () Livros ()
 Artigo de periódico () Outro, informar qual:

Título do documento: EDUCAÇÃO DO CAMPO: Desafios e Perspectivas no Processo de Ensino-Aprendizagem no 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Santa Anastácia em São Luís Gonzaga-MA

Data da defesa: 05/02/2025 **Local:** UEMA campus Bacabal

Orientador: Prof. Esp. Luiz Paulo Brito Rocha

Link do currículo Lattes do orientador: <https://lattes.cnpq.br/8720405748367232>

Nome do segundo membro da banca: Prof. Me. Vilmar de Sousa Martins

Link do currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4906541285596138>

Nome do terceiro membro da banca: Profa. Dra. Rosângela Silva Oliveira

Link do currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2256847546088663>

3 ESPECIFICAÇÕES PARA LIBERAÇÃO ON LINE

- a) Liberação imediata ☒ (X)
- b) Liberação a partir de 1 ano ()
- c) Liberação a partir de 2 anos ()
- d) No aguardo do registro de patente ()

4 PERMISSÃO DE ACESSO

Na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho acima citado, de acordo com a **Lei nº 9610/98**, **autorizo** a Biblioteca Digital da Universidade Estadual do Maranhão a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o referido documento de minha autoria, em formato PDF, para leitura, impressão e/ou download, conforme permissão assinalada.

São Luís, 04, de fevereiro, 2025

Documento assinado digitalmente
 KALINE DE JESUS DE SOUSA BEZERRA
 Data: 09/06/2025 21:54:36-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura do autor

Campo exclusivo da Direção de Curso
 Data de entrega do trabalho na versão
 final corrigida à Biblioteca:

23 Junho 2025



REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO
<http://repositorio.uema.br/>

1 DADOS DO AUTOR

Nome: Daniele Lira Leite **CPF:** 63048569383 **Telefone:** (99) 98471-0227

Curso: Pedagogia Licenciatura

Departamento: Educação **E-mail:** danelira617@gmail.com

Link do currículo Lattes do aluno: <https://lattes.cnpq.br/2758325020500823>

2 IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

Tipo de documento:

(X) Monografia de graduação () Monografia de especialização () Dissertação () Tese () Livros ()

Artigo de periódico () Outro, informar qual:

Título do documento: EDUCAÇÃO DO CAMPO: Desafios e Perspectivas no Processo de Ensino-Aprendizagem no 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Santa Anastácia em São Luís Gonzaga-MA

Data da defesa: 05/02/2025 **Local:** UEMA campus Bacabal

Orientador: Prof. Esp. Luiz Paulo Brito Rocha

Link do currículo Lattes do orientador: <https://lattes.cnpq.br/8720405748367232>

Nome do segundo membro da banca: Prof. Me. Vilmar de Sousa Martins

Link do currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4906541285596138>

Nome do terceiro membro da banca: Profa. Dra. Rosângela Silva Oliveira

Link do currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2256847546088663>

3 ESPECIFICAÇÕES PARA LIBERAÇÃO ON LINE

- a) Liberação imediata (X)
- b) Liberação a partir de 1 ano ()
- c) Liberação a partir de 2 anos ()
- d) No aguardo do registro de patente ()

4 PERMISSÃO DE ACESSO

Na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho acima citado, de acordo com a **Lei nº 9610/98**, **autorizo** a Biblioteca Digital da Universidade Estadual do Maranhão a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o referido documento de minha autoria, em formato PDF, para leitura, impressão e/ou download, conforme permissão assinalada.

São Luís, **04. de fevereiro . 2025**

DANIELE LIRA LEITE
 Documento assinado digitalmente
 Data: 10/06/2025 14:59:39-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do autor

Campo exclusivo da Direção de Curso
 Data de entrega do trabalho na versão
 final corrigida à Biblioteca:

23, Junho 2025

